



REGRESSO A FÁTIMA QUATRO MESES DEPOIS

Conselho Geral da CNIS faz reunião sobre pandemia

COVID-19

Surto de fome já atinge milhares de portugueses



Entrou de rompante, sem avisar ninguém, apesar dos indícios de que algo poderia estar a vir com o vento de oriente. Na verdade, com o novo coronavírus entrou em Portugal também o fantasma da fome. Com a economia parada e as condições de vida precárias de uma larga faixa da população, a crise económico-social espalha-se como uma epidemia e provoca uma imensidão de (novos) desvalidos. Do Banco Alimentar Contra a Fome à Porta Solidária, da Cáritas Portuguesa à Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo a mobilização, apesar dos constrangimentos criados pela pandemia, é total. A pobreza torna-se visível e falar de fome já não é um exagero. A Covid-19 exige, uma vez mais, que as IPSS assumam o seu papel essencial na sociedade portuguesa. À semelhança da crise de há uma década, as instituições sociais continuarão a ser a "almofada social" da população, especialmente, da mais carenciada. Combater o vírus é fundamental, mas também as suas consequências económicas e sociais porque quem está no terreno já percebeu que esta crise está para durar.

COOPERAÇÃO 2020 COM 5,5% DE ATUALIZAÇÃO

É um bom acordo, diz presidente da CNIS



É possível muito mais apoio do governo às IPSS

José Leirião
Membro da CNIS



O Comissário Europeu Nicolas Schmit responsável pela área do Emprego e Direitos Sociais emitiu um comunicado em 24 de Abril, dirigido aos ministros dos Estados Membros que passo a transcrever:

“Caros Ministros, a pandemia Covid19 trouxe consigo uma profunda crise. A extensão das suas consequências afecta não somente a saúde, mas também e a sociedade de forma mais alargada, Nós temos de forma apropriada de enfrentar esta crise para evitar o risco de mais divergências, que diminuam a coesão social que, a longo prazo, representam um perigo para as nossas democracias e o Projecto Europeu.

Portanto, esta crise requer uma forte resposta com o objectivo de conseguir um crescimento económico e social robusto. Mais do que nunca, nós temos de perseguir o objectivo de combater as desigualdades e construir um modelo económico e social inclusivo e resiliente com base e nos valores da cooperação, solidariedade e responsabilidade, **isto é uma economia que funcione para as pessoas.**

Portanto, as instituições e organizações de economia social têm de ter acesso a medidas

de ajuda económica estabelecidas pela União Europeia e Estados Membros para responder à pandemia na mesma forma que as outras empresas. É de fundamental importância que nenhuma organização económica e social, tais como: associações, fundações, mutualidades, cooperativas e empresas sociais ou quaisquer outros modelos de economia social **tem de ter acesso a medidas de alívio económico e programas de apoio.**

Mais precisamente um número de medidas da EU devem ser dirigidas à Economia Social, como por exemplo:

Ajudas do Estado, através do uso de flexibilidade total das regras existentes; Através de iniciativas de investimento de resposta ao coronavírus;

A extensão do âmbito do Fundo de Solidariedade, para incentivar e fornecer liquidez e prevenir crises na área da saúde;

Proposta para um instrumento europeu de suporte temporário para mitigar o desemprego em situações de emergência (Programa SURE).”

Estas medidas são possíveis de implementar, através da activação pela União Europeia da **cláusula de Escape** do PEC (Pacto de

Estabilidade e Crescimento) que coloca entraves dramáticos aos países com elevadas dívidas públicas superiores a 90% do PIB e déficits orçamentais superiores a 3%.

Podemos concluir que, no que respeita aos apoios às Instituições de Solidariedade Social, o governo português está muito aquém daquilo que pode e deve fazer, basta seguir as orientações do comissário europeu. Certamente governos de outros Estados Membros estarão a tirar o máximo de vantagens desta oportunidade de deixar de estar controlado pelo PEC (Pacto de Estabilidade e Crescimento).

O governo pode e tem de fazer mais e melhor pelas IPSS...

CNIS E SANTANDER ASSINAM PROTOCOLO

Serviços financeiros em condições especiais para as instituições associadas e seus trabalhadores

A CNIS e o Santander assinaram um protocolo em que a instituição bancária disponibiliza nas “condições máximas” diversos serviços bancários não apenas às instituições associadas, mas igualmente a todos os seus trabalhadores.

O ato formal da assinatura, que decorreu na sede da CNIS, no Porto, foi coroado com o anúncio, por parte de Miguel Von Hafe, administrador do Santander, da doação de 5.000 euros à CNIS para compra de equipamentos de proteção individual e higienização, a distribuir pelas instituições associadas.

O protocolo assinado, que, no fundo, são dois, facilita o acesso aos mais variados serviços bancários disponibilizados no mercado pelo Santander às IPSS associadas da CNIS e a todos os seus colaboradores.

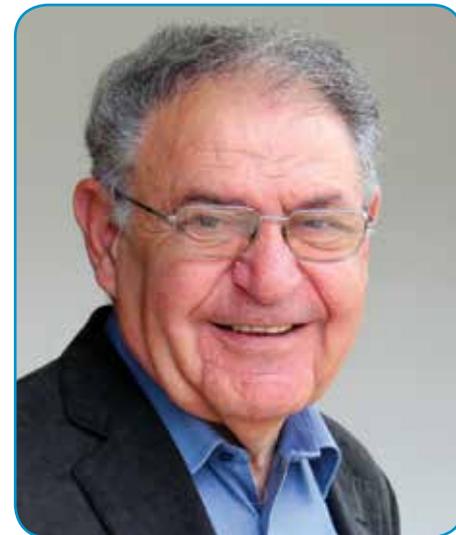
Miguel Von Hafe, administrador do Santander, sublinhou “a satisfação” pela doação dos 5.000 euros e explicou o âmbito dos dois protocolos firmados: “Um dos protocolos tem condições especiais em alguns produtos e serviços financeiros ajustados ao tipo de entidades associadas da CNIS. Falamos do factoring, do confirming, dos terminais de pagamento automático, de questões relacionadas com recuperação e reabilitação de edificado urbano



e de leasing automóvel, outras situações do interesse das entidades associadas da CNIS. O outro protocolo é para os colaboradores da CNIS e de todas as instituições associadas, que terão acesso, em condições especiais, a produtos e serviços típicos dos clientes particulares, como o acesso a cartões, crédito à habitação,

crédito pessoal, netbanco e crédito automóvel, entre muitos outros. O objetivo é aproveitar este guarda-chuva da relação que o banco tem com a CNIS e proporcionar às suas mais de três mil associadas e também aos seus milhares de colaboradores condições especiais de acesso a produtos e serviços financeiros”.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Missões colaborativas nas respostas emergenciais

1. Até pela visibilidade que os lares de idosos (mais do que os residenciais) tiveram e continuam a ter neste período da pandemia, algumas questões que marcarão as políticas sociais nos próximos tempos, terão certamente que ver com o sistema de prestação de cuidados a pessoas dependentes.

Não é uma evidência surgida da pandemia: as questões do envelhecimento marcam desde há muito tempo as preocupações com a definição das políticas sociais. Mas a incidência da infecção nas estruturas de apoio social, designadamente no âmbito da população idosa, tornou mais evidente aquilo para que as Instituições Particulares de Solidariedade Social vêm alertando: a necessidade de reformulação do modelo de atendimento e de financiamento dos equipamentos sociais correspondentes.

Fundamentalmente, a questão diz respeito aos lares de idosos (estruturas residenciais para pessoas idosas), aos lares residenciais (para pessoas com deficiência), às unidades da Rede de Cuidados Continuados Integrados, ao Serviço de Apoio Domiciliário, aos centros de Convívio, de Dia e de Noite. Também aos Cuidadores Informais.

O atual modelo assenta numa permanente instabilidade das condições de sustentabilidade dos referidos equipamentos. Por um lado, são exigências em recursos humanos e instalações que não têm correspondência no insuficiente financiamento público. Por outro lado, as respostas sociais estão subjugadas por parte dos poderes públicos de uma teia de exigências normativas e regulamentares que parecem feitas sobretudo para dificultar a autonomia de gestão por parte das Instituições na captação de recursos financeiros próprios e para burocratizar respostas que deveriam ser personalizadas - humanas, humanizadoras e humanizantes.

Receitas rígidas ou em desaceleração (que não acompanham concomitantemente o aumento dos custos provocados pela desejável longevidade com a necessária e possível

qualidade.), despesas em crescimento acentuado com custos do trabalho (a relação trabalhadores-utentes, no conjunto de serviços, é de 2 trabalhadores para 3 utentes), comparticipações públicas, percentual e progressivamente, abaixo do aumento dos custos (na atualidade, as comparticipações públicas correspondem a um terço dos custos atuais, certamente inferiores aos custos previsíveis para as novas e crescentes exigências).

E, mesmo neste quadro de constrangimento externo, com resultados, em termos de morbilidade e letalidade, que sobrelevam muitos outros países com idêntica identidade sociocultural...

2. A necessidade de práticas colaborativas é também uma das evidências que a crise pandémica nos trouxe: a visibilidade dos efeitos da pandemia nos lares de idosos veio demonstrar a justeza da avaliação que as IPSS vêm apresentando, quanto à necessidade

de participação das estruturas da Saúde no acompanhamento e financiamento dos cuidados prestados aos utentes, em colaboração com o que já vem sendo assegurado pelo Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

Com efeito, uma das constatações que foi possível tirar neste período foi a do risco acrescido sofrido pelos utentes idosos, com co-morbilidades associadas, o que revela um fenómeno para que as Instituições de Solidariedade também vêm alertando a parceria colaborativa traduzida no Pacto de Cooperação para a Solidariedade de 18 de Dezembro de 1996, documento fundador do atual modelo de cooperação com o MTSSS: a evolução da saúde dos utentes para situações de progressiva dependência, decorrente em larga medida do aumento da esperança de vida, que determina que a grande maioria dos utentes nos lares de idosos necessite de cuidados de saúde permanentes e diferenciados.

3. Ao nível da formação para a prestação de cuidados, as prioridades vão para a necessidade de diversificação de competências profissionais, nomeadamente, na aposta em mais animadores culturais, mais enfermeiros, mais médicos, mais nutricionistas, mais psicólogos, mais psiquiatras e maior qualificação profissional dos cuidadores informais, dos ajudantes de ação direta, dos auxiliares de geriatria e dos auxiliares de ação médica - que asseguram os cuidados diretos aos utentes nos lares, nos serviços de apoio domiciliário, nas unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrado (RNCCI), nos centros de Convívio, de Dia e de Noite.

Mas também ao nível da habilitação em estudos superiores especializados, designadamente na área da geriatria, da saúde e da geografia humana, com vista à maior qualificação na prestação de cuidados e à compreensão das variáveis do risco de infecção consoante as especificidades do território.



SECTOR SOCIAL

5,5% de atualização nos acordos de cooperação e comparticipações garantidas nas valências suspensas

As valências das IPSS de Serviço de Apoio Domiciliário, Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Lares Residenciais e Lares de Infância e Juventude viram ser reforçado o financiamento do Estado em mais 2% (num total anual de 5,5%), com efeitos retroativos a Janeiro.

Recorde-se que em março, com efeitos retroativos a Janeiro, todos os acordos das IPSS com a Segurança Social foram atualizados em 3,5%.

A par do referido reforço, e por causa da Covid-19, o prazo de vigência da medida excecional relativa às comparticipações financeiras da segurança social foi alargado até dia 30 de setembro. Recorde-se que a 3 de abril foi aprovado pelo governo um conjunto de medidas de apoio extraordinário ao setor social, permitindo um reforço das respostas sociais. “O montante da comparticipação financeira da segurança social devido às instituições, nas respostas que estiveram suspensas, mantém-se inalterado, até 30 de setembro de 2020, face ao valor referente ao mês de fevereiro de 2020, caso a frequência registada seja inferior à verificada no referido mês.” Este alargamento de prazo pretende criar condições para redução das comparticipações familiares devidas pela utilização das respostas sociais, com vista a compensar as famílias que viram diminuídos os seus rendimentos por impacto da pandemia e que se encontram, atualmente, em situação de vulnerabilidade socioeconómica.

O presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, Lino Maia, afirma ao SOLIDARIEDADE que se chegou a um “bom acordo”.

Na edição de Novembro de 2019 dizia que perante o aumento anunciado do salário mínimo, na ordem dos 6% ao ano, o Sector Social devia ter atualizações dessa natureza. Foi conseguido?

Sempre insisti que a atualização deveria acompanhar quantitativamente a atualização do salário mínimo. Ora, ela foi de 5,83%, em janeiro e, portanto, deveria ter sido nesse valor. Nós sabemos que o impacto do salário mínimo no orçamento das instituições, neste ano, é de 4,2% das despesas. Há a considerar a inflação e os aumentos de diversos custos. Quando foi assinado, em Dezembro de 1996, o Pacto de Cooperação para a Solidariedade, a expectativa era de que o Estado devia assumir as suas responsabilidades, comparticipando nos custos num valor nunca abaixo de 50%. O que seria desejável é que fosse 60%. Segundo estudos de que a CNIS dispõe, o Estado está a comparticipar as IPSS, em média, em 40% dos custos. 5,5%, com efeitos retroativos a janeiro, nas valências de ERPI ou Lares de Idosos, Lares Residenciais, Lares de Infância e Juventude e SAD não é o que se pretendia, mas é um sinal positivo. Este é um ano muito difícil, mas com algumas medidas que têm sido tomadas para o sector diria que as instituições, neste aspeto dos custos, não vão sentir muitas dificuldades. Há o play-off que se aplica às IPSS, há a consideração de que nas várias valências até 30 de setembro, independentemente da frequência os acordos são cumpridos na íntegra, segundo frequências de fevereiro.



É um bom acordo. Muito bom teria sido os 5,83 por cento, excelente seria acima disso.

É um sinal para o futuro?

Há alguns anos havia sectores na sociedade portuguesa que achavam que o que nós fazemos devia ser competência do Estado. Havia uma certa vontade de estatização da proteção social. Neste momento é claro que se ultrapassou essa questão. Vou dizendo que, no fundo, estas instituições são o instrumento do Estado na proteção social. O Estado serve-se destas instituições através dos acordos de cooperação. Ora, o Estado tem que assumir as suas responsabilidades. Estava a colocar-se um pouco à margem quando descia na percentagem de comparticipação. Devia ser de 60%, sem nunca descer dos 50%. O que é certo é que neste momento é de 40%. É insustentável para as IPSS. Esta atualização e a forma como foi celebrada, com a presença do próprio primeiro-ministro, que se envolveu no processo, é sem dúvida um sinal para o futuro. É um caminho a percorrer.

Tal como na recente crise, as IPSS estão preparadas para voltarem a ser “almofada social”?

As instituições estão sempre disponíveis e ágeis para responderem. Ninguém se prepara para as crises e para esta muito menos. Até haver uma vacina para a Covid-19, não se vê a luz ao fundo do túnel e estamos sempre sob ameaça. Com as negociações e as medidas que foram tomadas este ano, e no próximo, espero, as instituições não verão agravada a sua situação. Vão responder com os meios que tiverem à crise por que vamos passar. Há duas medidas importantes: A extensão do lay-off com garantia dos postos

de trabalho. As instituições não vão lançar ninguém para o desemprego. A outra medida foi o Estado assumir o cumprimento dos acordos de cooperação nas frequências de antes do início da covid-19, mantendo os valores até pelo menos finais de setembro.

O que se passa com os Centros de Dia?

Estou apreensivo em relação ao futuro de algumas valências. Particularmente em relação aos Centros de Dia. Há uma grande pressão para a sua reabertura. Eu compreendo, porque até parece que nos estamos a esquecer dos idosos. Foram dados passos no sentido de se programar a reabertura nos Centros de Dia. Neste momento estamos num compasso de espera porque a decisão, não sendo das quatro grandes representantes do sector social (CNIS, UMP, CONFECOOP e União das Mutualidades), com a manutenção desta imprevisibilidade do avanço dos casos de contágio do coronavírus, é melhor ter todas as cautelas. Os idosos são uma população frágil e dificilmente se conseguiriam, em todo o país, as condições de segurança para que não houvesse focos de contágio. Uma forma de proteger esses idosos é mantê-los em casa, com as instituições a acompanhá-los como se fossem utentes de apoio domiciliário. Nem todos, por vários motivos, são acompanhados como se de SAD se tratasse, mas nos casos em que isso acontece as IPSS serão financiadas pelo Estado como utentes de SAD. Este compasso de espera pode ser dramático para os Centros de Dia. Provavelmente quando reabrirem vai haver menos frequência. No futuro, que já começou, temos que nos virar mais para o apoio domiciliário. Eu aconselharia as instituições que se reformulem e intensifiquem ou criem o SAD.

CONSELHO GERAL

Pandemia dominou reunião de Fátima

Quase quatro meses volvidos sobre a declaração de pandemia e do estado de emergência e do último Conselho Geral, a CNIS voltou a reunir este órgão consultivo da Direção. Na reunião, que aconteceu em Fátima, no dia 6 de julho, inevitavelmente as questões relacionadas com a Covid-19 tomaram a esmagadora maioria do tempo da discussão, com os conselheiros a referirem algumas das suas preocupações e o presidente da CNIS a fornecer algumas informações.

A reunião começou com o anúncio de que a CNIS ainda detém 500 mil euros, da verba que o Governo lhe atribuiu para compra de Equipamento de Proteção Individual (EPI), tendo o membro da Direção Macário Correia solicitado às Uniões Distritais e Federações que façam chegar aos serviços as necessidades em termos de EPI para que se efetue a compra e distribuição pelas IPSS necessitadas.

Para além dos mais diversos EPI necessários, destaque para o facto de no mercado não existirem luvas, o que está já a levantar bastantes constrangimentos a diversas instituições nos mais diversos pontos do território nacional.

Juntos presencialmente desde há quatro meses, os conselheiros, na avaliação da situação Covid-19 nas IPSS, deixaram elogios ao trabalho da CNIS, mas também algumas críticas por algumas situações.

Em resposta, o padre Lino Maia lembrou que “houve alguns constrangimentos na distribuição dos EPI, mas todos fizeram o melhor que puderam”, numa situação completamente nova para todos.

A boa-nova é que “está em negociação com o Governo um novo acordo para distribuição de EPI para todas as respostas sociais”, deixando, no entanto, uma ressalva: “É provável que aconteça, mas ainda não é certo!”.

Dizendo que “a CNIS é incapaz de regular o mercado dos EPI”, o padre Lino Maia aconselhou as instituições a “abastecerem-se desses equipamentos para prevenirem o futuro”.

Outra questão levantada prende-se com o lay-off. Sobre esta matéria, o presidente da CNIS foi claro: “O que está mais ou menos garantido, e fui eu que o assumi, é que a partir da reabertura das valências, garantido o pagamento da frequência a números de fevereiro e até setembro, não é compreensível que nessas valências, entretanto reabertas, que haja trabalhadores em situação de lay-off. Podem ter poucas crianças, mas recebem a números de frequência em fevereiro”.

Por outro lado, e tem havido muita pressão por parte das IPSS para que os Centros de Dia reabram, o padre Lino Maia considerou este assunto “o mais doloroso”, explicando: “Não tenho coragem para insistir muito na reabertura dos Centros de Dia, porque esta é uma valência de risco, porque os utentes são de risco. Como disse que era criminoso tratar os utentes com Covid-19 nas instituições, podemos ser criminosos se deixarmos que os Centros de Dia sejam focos de infeção. No entanto, enquanto não for possível a reabertura, a participação será como do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), a valores de fevereiro. Às instituições peço que tratem os utentes como se fossem utentes de lar”.



Relativamente a outros assuntos, o presidente da CNIS pediu às instituições que marquem presença na Assembleia Geral do próximo dia 18, mas “que se façam representar por apenas uma pessoa”.

Já sobre a Cooperação, este ano teve duas fases de atualização, em março de 3,5%, com retroativos

a janeiro, e outra agora recentemente, com a majoração de 2% para valências residenciais e SAD, o que perfaz um total de 5,5%.

Neste sentido, “cai a negociação da Adenda”, mas “já se está a pensar na negociação do próximo protocolo, a ser assinado em 2021.



CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em **Fátima**, no **Centro Pastoral Paulo VI - Salão do Bom Pastor**, no próximo dia **18 de julho de 2020**, pelas **9h45**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação do Relatório de Atividades e Contas de 2019;
2. Apresentação do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do ano de 2019 (artº 50, nº 1, al. e));
3. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2019;
4. Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver presente a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. José Carlos Borges Batalha)

Porto e Sede da CNIS, 2 de Julho de 2020

ISABEL JONET, DO BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME, E A PANDEMIA EM PORTUGAL

IPSS são novamente a almofada da população que fica sem nada

Chegou sem bater à porta, apesar dos vários indícios de que poderia estar para chegar! Entrou bruscamente e apanhou toda a gente desprevenida. Os mais vulneráveis não tiveram qualquer hipótese de reação e muita gente caiu numa situação até há pouco impensável. Sim, o novo coronavírus chegou sem avisar, levou tudo à frente e deixou muita gente sem nada para... comer. Em dois meses, o Banco Alimentar Contra a Fome recebeu mais 60 mil pedidos de ajuda, a juntar às 380 mil pessoas que já apoiava habitualmente. A crise chegou, instalou-se e, segundo Isabel Jonet, presidente da Federação de Bancos Alimentares Contra a Fome de Portugal, está para durar.

“Este é um momento em que se pode dizer que muitas pessoas foram surpreendidas com a situação de pobreza e até de fome. E são pessoas que não estavam, de algum modo, a prever que isto pudesse acontecer. Portanto, a brutalidade e brusquidão do impacto da Covid-19 em famílias que não estavam minimamente preparadas para tal, veio atirá-las para uma situação que lhes era completamente estranha. E isto provocou várias consequências”, começa por referir Isabel Jonet, acrescentando: “Estas famílias, de um momento para o outro, ficaram sem qualquer rendimento e impedidas de trabalhar, por causa do estado de emergência e porque os locais onde trabalhavam encerraram. E falo dos ginásios, dos fisioterapeutas, dos higienistas, dos dentistas, das empregadas domésticas, dos taxistas, dos agentes culturais, etc.. E naquele momento estas pessoas deixaram de ter onde trabalhar, mas também há as pessoas que foram para o lay-off e o que recebem não chega para pagar as despesas. Muitos completavam o seu rendimento com biscates e estes desapareceram de um momento para o outro”.

Perante o caos social que se avizinhava e o cenário de fome emergente, os Bancos Alimentares tiveram que se reinventar e reestruturar para poderem dar resposta a uma situação completamente nova, pois a economia parou!

“Tivemos que reconstruir a rede de apoio social para chegar a estas pessoas. E isto foi um impacto terrível, porque foi inesperado e ninguém estava preparado para uma coisa destas” sustenta, assinalando uma primeira grande diferença face à anterior crise que assolou a sociedade portuguesa: “Na altura da crise de 2010, as pessoas estavam preparadas e anteciparam que vinha aí uma crise, porque foram medidas tomadas a pouco e pouco, mas estas estavam preparadas. Agora não! Além desta situação de não terem rendimentos, ainda tinham os filhos em casa. Estas famílias não estavam habituadas a ter que alimentar os



filhos, que comiam na escola, no infantário ou na creche. E, de repente, estão em casa, não têm dinheiro e ainda têm que dar de comer aos filhos, que estão sempre a pedir comida! Isto causa uma pressão enorme nas famílias”.

E mais do que semelhanças, a presidente da Federação dos Bancos Alimentares Contra a Fome encontra diferenças entre o momento que o país atravessa e a crise de 2010.

“Há semelhanças, mas há diferenças grandes. Primeiro, esta forma brusca, que ninguém estava à espera, e depois o encerramento total da economia... Não havia onde ir trabalhar! No caso da população sem-abrigo, não tinham sequer onde ir pedir alimentos durante o dia, e estamos a falar dos mais pobres dos mais pobres, porque os restaurantes estavam fechados. No entanto, em 2010 ainda havia para

onde fugir, muitos dos nossos jovens foram para o estrangeiro à procura de emprego, e agora não. Depois, penso que as consequências a longo prazo vão ser mais profundas, seja na economia, seja na sociedade, porque houve um impacto generalizado, as pessoas têm muito medo de ir para fora e quem quer produzir não consegue exportar. Hoje vemos muitos empresários que continuaram a resistir e até alteraram a sua produção, mas que não conseguem exportar”.

E se a crise se instalou generalizadamente, regiões há que foram e estão a ser mais castigadas.

Segundo Isabel Jonet, “todas as regiões do país foram afetadas, mas as suburbanas foram muito mais afetadas do que o interior do país”.

E as razões são diversas para que tal seja

assim: “Nestas zonas suburbanas muitas respostas sociais encerraram, há muito mais população que depende de biscastes e da economia paralela, pessoas que pertencem à chamada economia informal e que deixaram de poder trabalhar. Depois, é nestas zonas que há também uma maior concentração de restaurantes, de hotéis, de turismo, de alojamentos locais... A zona mais castigada foi Lisboa, muito mais do que qualquer outra, depois foi Setúbal, a seguir o Algarve, por causa do turismo, e só depois é que surge o Porto”.

No sentido de combater o flagelo, o Banco Alimentar Copntra a Fome lançou a Rede de Emergência Alimentar (REA), através da qual recebeu “várias vezes 2.000 pedidos de ajuda/dia”!

Não prestando apoio direto às pessoas, a solução passou por ativar os habituais e novos parceiros para que a resposta às pessoas fosse o mais rápida possível.

“O que fizemos foi criar um formulário em que as pessoas podiam fazer o pedido individual e nós encaminhávamo-los para uma instituição ou junta da freguesia da região. Lançamos apelos às câmaras municipais e às juntas de freguesia para que, localmente, pudessem abrir respostas sociais quando não as tinham, porque muitas instituições fecharam portas”, explica Isabel Jonet, lembrando o papel fundamental das IPSS em todo o processo: “Uma vez mais, as Instituições Particulares de Solidariedade Social sempre que puderam mantiveram-se abertas, mas em muitos casos não puderam, porque o pessoal teve que ficar em casa, mas também muitas delas encerraram e deixaram de ter espaço físico para apoiar a população. Num primeiro momento foi preciso reconstruir esta rede, depois, pouco a pouco, as instituições foram reabrindo e com voluntários foram criando soluções. Se não fosse a rede das IPSS que levou alívio alimentar, dinheiro e medicamentos, entre outros bens, podíamos ter tido uma convulsão social gravíssima. Esta é uma realidade que as pessoas têm que enfrentar em Portugal. Uma vez mais, foi a rede das IPSS a almofada de segurança da população que ficou sem nada”.

E daqui, Isabel Jonet passa rapidamente para um retrato do tecido social lisboeta, sublinhando que o que se passa atualmente com o recente surto de Covid-19 não é nada que não fosse expectável. E enumera as razões: “Este surto grande em volta de Lisboa não é nada que não fosse previsível, porque em Portugal temos um drama terrível com a habitação. Em muitos casos, as pessoas não têm casas, têm quartos. São pessoas que dividem apartamentos e onde apenas têm um quarto onde vivem famílias inteiras. Estas pessoas vivem de uma forma muito pouco digna e o risco de contágio é muito grande. É que, para além disto, são pessoas que andam nos transportes públicos, têm pouco espaço para estar e, depois, há um terrível problema de exclusão social no acesso à educação. Estas famílias com filhos vivem que vivem em más condições de habitação não podem proporcionar aos filhos a capacidade de ter um computador para assistir à teleescola ou às aulas virtuais”.

Resumindo: “O que esta pandemia trouxe foi, em primeiro, um acentuar das



desigualdades sociais naquilo que é o acesso à educação, acesso a transportes individuais e, na minha opinião, vai ter um reflexo ainda maior pela falta de acesso a empregos que permitam às pessoas que continuem em casa em teletrabalho. Muitos não o podem fazer”.

Com inúmeras pessoas a necessitarem de ajuda alimentar, com a sociedade fechada em casa, angariar alimentos foi uma aventura. No entanto, a experiência de décadas do Banco Alimentar no apoio a quem precisa veio ao de cima e a criatividade foi posta em prática.

“As lojas estavam com horário reduzido, o acesso às lojas era reduzido a determinado número de pessoas e seria uma falta de bom senso termos voluntários na rua”, afirma Isabel Jonet, e, inevitavelmente, a situação refletiu-se nas quantidades de alimentos recolhidos.

“Uma campanha de recolha de alimentos dos Bancos Alimentares, e há 21 em todo o país, envolve cerca de 42 mil voluntários, que estão em duas mil lojas e convidam quem vai às compras a ser solidário”, lembra, explicando como foi contornada a dificuldade: “Então, tivemos que recorrer aos vales e à campanha online no site www.alimenteestaideia.pt. Mas estas soluções nunca podiam ser comparáveis, porque os voluntários interpelam as pessoas e não é a mesma coisa ser interpelado por um papelinho que é o vale”.

Cientes de que os resultados não poderiam ser os mesmos das campanhas presenciais, mesmo assim os responsáveis pelo Banco Alimentar foram surpreendidos com o dobro daquilo que foi angariado em campanhas anteriores do mesmo género.

“Simultaneamente, tivemos apoio de muitas empresas e de canais de televisão e, no âmbito da Rede de Emergência Alimentar, fizemos campanhas que permitiram angariar dinheiro e, assim, vamos poder não falhar às instituições”, enfatiza, sublinhando o papel fundamental de muitas empresas no apoio ao Banco Alimentar.

“As empresas foram muito solidárias e foi algo transversal. Por exemplo, o BPI fez uma campanha enorme que permitiu angariar 1,3 milhões de euros, porque mobilizou outras empresas. Houve também empresas

estrangeiras, como a Google, a Websummit, o Banco de Desenvolvimento da América Latina e a FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, entre outras, que deram donativos para comprar alimentos. Mas também tivemos empresas mais pequenas, que se aliaram umas às outras, e quiseram marcar presença. Houve uma mobilização muito boa da sociedade como um todo, mas também só podemos fazê-lo porque lançamos esta marca da Rede de Emergência Alimentar que está para além dos Bancos Alimentares e que permitiu continuar a garantir apoio àquelas 380 mil pessoas que já recebiam ajuda alimentar e absorver mais 60 mil pedidos que tivemos em dois meses. Isto é incrível, em dois meses tivemos 60 mil pessoas que pediram ajuda à REA e que encaminhámos para IPSS e juntas de freguesia”, destaca Isabel Jonet.

Um aspeto positivo da situação é que a instituição não tem menos produtos, pelo contrário, mas porque tem vindo a comprar com os donativos de muitas e muitas empresas.

“Isto permite-nos também alargar o leque de pessoas que são apoiadas. Por exemplo, estamos a apoiar uma série de jogadores de futebol, de clubes mais pequenos, que estão sem salário. Igual situação com a área da cultura. Havia muitos concertos rock e festivais de música em Portugal e não há nenhum... E não estou a pensar nos artistas, mas nos técnicos e todas as pessoas que estão envolvidas nesses espetáculos, que trabalhavam no verão para terem no inverno. Essas pessoas não têm onde ir buscar o seu sustento e muitos têm filhos”, afirma.

Até agora, o Banco Alimentar Contra a Fome não teve falhas no fornecimento, mas... “Ainda não estou completamente descansada, porque não sei se poderemos fazer a campanha de novembro e não sabemos como é que isto evolui”.

De salientar ainda o facto de as instituições, mesmo em período de confinamento, ter conseguido, no âmbito da REA, um total de 1.144 pessoas que se inscreveram em todo o país para fazer voluntariado e que foram encaminhadas para as instituições que no terreno fazem a distribuição da alimentação.

HENRIQUE JOAQUIM, GESTOR DA ENIPSSA, E A AÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA

Espaços de acolhimento de emergência receberam mais de 500 sem-abrigo

Henrique Joaquim estava há dois meses e meio como gestor da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo quando a pandemia o obrigou a suspender o que estava a fazer e direcionar os seus esforços para uma resposta de emergência. Assim aconteceu, com a criação de espaços onde essas pessoas pudessem ficar recolhidas e assim evitar o contágio. O balanço que faz é positivo, porque, apesar das dificuldades foi possível dar resposta e já há quem tenha deixado a rua na sequência deste acolhimento de emergência.

Se a pandemia da Covid-19 atirou muita gente para a pobreza e a todos foi dito para se isolarem e ficarem em casa, a população em situação de sem-abrigo já são os mais pobres dos mais pobres e... não têm casa para se isolar.

Nesse sentido, foi necessário encontrar respostas para uma população que, até para se alimentar, enfrentou grandes obstáculos durante a fase mais aguda da pandemia até ao momento.

“Tivemos um desafio grande com uma situação em que se esteve a dizer a toda a gente para ficar em casa e não podíamos perder estas pessoas. E também não tínhamos forma de manter esse contacto em todos os locais onde essas pessoas estão”, começa por dizer Henrique Joaquim, gestor da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA), explicando o que foi feito: “O risco foi corrido, e bem, em tentar criar espaços, com as medidas de segurança adequadas para nos aproximarmos das pessoas e ajudá-las a ultrapassar este período. O risco foi calculado e foi bom, porque foram muitas pessoas acolhidas. Neste momento já não estão todos, alguns já se transformaram outra vez, mas foram 21 espaços, para além dos que já funcionavam, e nesses espaços de emergência foram acolhidas mais de 500 pessoas. A grande maioria delas, pessoas já em situação de sem-abrigo e que fizeram o movimento de procurar ajuda e de deixar ajudar”.

Henrique Joaquim refere-se a espaços criados propositadamente para acolher pessoas em situação de sem-abrigo para que pudessem também elas evitar o contágio, saindo da rua.

“O passo em que estamos agora, de transição, é o desafio de evitarmos, o mais possível, que estas pessoas voltem à condição de rua. Nesse sentido, estamos a trabalhar com as autarquias e com as equipas locais para encontrar respostas de alojamento, quer de carácter mais definitivo, como as candidaturas do Housing First, que foram aprovadas e que são 13, com capacidade de acolhimento máxima para 324 pessoas. Já no final de junho, abrimos uma candidatura para uma outra resposta complementar, que



são as habitações partilhadas”, revela Henrique Joaquim.

Prosseguindo a espécie de balanço sobre o período pandémico, “é quantitativo e vale o que vale, mas tem um aspeto positivo, porque nesta população acolhida houve apenas duas situações positivas à Covid-19”, adianta, congratulando-se: “Isto é extraordinário, porque reflete o bom trabalho feito pelas equipas, que são as autarquias, as IPSS, os voluntários, as equipas de Saúde, etc. Por outro lado, as próprias pessoas em situação de sem-abrigo, no geral, tiveram um comportamento muito adequado e responderam muito bem às regras que lhes foram pedidas”.

A estratégia passou por criar espaços onde as pessoas em situação de sem-abrigo pudessem ficar acolhidas e fossem respeitadas as regras da Direção-Geral da Saúde e dizer-lhes para procurarem essas respostas.

E se, entretanto, foram detetadas mais pessoas a caírem na rua, o foco da ação da ENIPSSA esteve nas pessoas que já viviam nessa situação e que foram as que mais recorreram às respostas propostas.

“A maioria das pessoas que recorreu à ajuda eram pessoas que já viviam na rua, conhecidas e já com algum tempo de rua”, refere, lembrando uma série de outras medidas tomadas pelo Governo no sentido de chegar às outras pessoas que também sofreram fortemente os efeitos da pandemia em termos económicos: “Agora, uma das outras linhas em que o Governo tentou prevenir isso foi ter decretado que o RSI, o subsídio de desemprego e outras medidas de apoio têm renovação automática durante um período que agora foi prolongado. Com isso tentou-se que as pessoas não fiquem sem apoio, mas, por outro lado, protege-las e não as expor a ir aos Serviços. Depois, e já está em vigor, foram agilizados os critérios de acesso ao RSI. Tudo o que são medidas que pudessem garantir apoio às pessoas foi implementado. Neste momento, estamos a investir nesta parte da habitação, mas com apoio, quer no Housing First, em que a Segurança Social financia a equipa técnica, quer nos apartamentos partilhados, em que se financia o utente”.

Sabendo-se que muito do trabalho de apoio às pessoas em situação de sem-abrigo é feito por voluntários, com o confinamento generalizado da população, inicialmente, a situação ficou complicada, por falta de voluntários, mas rapidamente foi retomando a normalidade possível.

“Nas duas primeiras semanas houve, de facto, uma quebra, houve menos voluntários e menos fontes de apoio. Muitas dessas organizações que apoiam as pessoas em situação de sem-abrigo suportam-se no apoio da restauração e com o encerramento dos restaurantes muitas ficaram sem esse apoio. Ao mesmo tempo, a regra era o confinamento e muitos desses voluntários deixaram de ir por receio, o que é compreensível. Em todo o caso, nunca houve uma rutura total. Houve redução, em alguns sítios, como em Lisboa e no Porto, e foi sentida a necessidade de reorganização das equipas. Aqui em Lisboa, por exemplo, houve três organizações que costumam trabalhar separadamente e funcionaram em conjunto, com uma a confeccionar as refeições e as outras duas a distribuí-las. Nessa altura, o que se fez foi solicitar o



apoio das Forças Armadas, que em Lisboa teve resposta imediata”, recorda Henrique Joaquim, sublinhando: “Hoje a situação está mais normalizada e as organizações já estão a trabalhar com os seus voluntários”.

E apesar das longas filas para o apoio alimentar, o gestor da ENIPSSA explica que muitas dessas pessoas não eram pessoas sem-abrigo: “A distribuição alimentar teve uma elevada procura, mas de muitas pessoas que não estavam em situação de sem-abrigo. Quando se viam as filas enormes não eram na maioria pessoas em situação de sem-abrigo. Não, são de facto pessoas à procura de alimentação, mas que, felizmente, ainda não estão nessa situação de rua. E esperamos que não venham a estar, daí ser necessário tomar medidas de prevenção”.

Desde que tomou posse, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, tem sido o porta-estandarte da erradicação do problema das pessoas em situação de sem-abrigo. Henrique Joaquim reconhece a “enorme mais-valia”, pois trata-se de um fenómeno bastante complexo e que exige uma solução.

“Estamos a trabalhar com um problema social muito complexo e nestes fenómenos, tal como a pobreza, e esta é uma situação de pobreza extrema, ou a exclusão social, se não tivermos uma consciência coletiva forte de que isto é um problema que é vivido por pessoas concretas fica mais difícil de resolver. Ou seja, quanto maior for essa consciência coletiva maior é a probabilidade de encontrarmos soluções para o resolver, porque não há uma solução”, sustenta, acrescentando: “Essa consciência tem crescido com a ação do Presidente da República, porque coloca o problema na agenda, traz outros atores, sensibiliza outras pessoas e estimula sempre. É fácil colocar assuntos na agenda, mas depois eles esmorecem e o PR tem sido um ator muito importante para mobilizar as pessoas. Hoje é um sinal muito positivo assistirmos a discussões na Assembleia da República e vermos num plenário três ou quatro deputados a falar do assunto. Isso é um sinal positivo, porque há uns anos havia apenas uma pessoa que falava no assunto muito de quando em quando e hoje já não é assim”.

Para Henrique Joaquim, “isto é um sinal

extremamente positivo de que se está a criar uma consciência coletiva”, lembrando que já há mais pessoas sinalizarem situações, “mas ainda há muita indiferença e muito receio também”.

No entanto: “Isto significa que a consciência coletiva está crescente, ativa e crítica e ter o principal magistrado da nação comprometido com a causa é uma enorme mais-valia”.

Segundo o gestor da ENIPSSA, também dentro do próprio Governo existe esse compromisso, daí todas as medidas terem sido tomadas a uma velocidade bastante grande.

“Há mais do que uma sensibilidade de que há pessoas a viverem este problema e de que é possível, se não resolvê-lo na totalidade, pelo menos reduzi-lo drasticamente”.

Por outro lado, outra mais-valia que Henrique Joaquim identifica é a “presidência portuguesa da União Europeia que se aproxima”, na qual se pretende colocar o assunto na agenda, “porque este não é um problema só de portugueses, há muitas pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal que são estrangeiras e algumas da Europa”.

Com dois meses e meio no cargo, Henrique Joaquim viu toda a agenda e estratégia traçada ser alterada com a chegada da pandemia. Mesmo assim, o gestor da ENIPSSA faz um balanço positivo deste meio ano que leva no cargo.

“O balanço é positivo no sentido de que há coisas a acontecer. A maior dificuldade ou desafio foi a pandemia. Quando entrei em janeiro tinha uma estratégia, quer em termos formais quer em termos de concretização, e estava a executá-la, começando por contactar diretamente muitas equipas no terreno. Esse trabalho teve que ser, de alguma maneira, interrompido, o que obrigou a todo um reajustamento. Em primeiro lugar manter as vias bastante abertas e articular os diferentes serviços”, afirma, sublinhando: “Queremos tão rápido quanto possível, ainda durante o mês de julho, ter pessoas a sair da rua ou a sair dos espaços de acolhimento de emergência”.

Tirar as pessoas da rua é a missão e a pandemia, por paradoxal que possa parecer, já ajudou alguns a saírem de lá.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

NÚMEROS DA COVID-19 EM TODO O MUNDO ATÉ JULHO

Mais de meio milhão de mortos e mais de 10 milhões e meio de infetados

A pandemia de covid-19 já matou 512.383 pessoas e infetou mais de 10,5 milhões em todo o mundo desde dezembro até ao início de julho, segundo um balanço da agência AFP, baseado em dados oficiais dos países.

De acordo com os dados recolhidos pela agência noticiosa francesa, 10.564.050 casos de infeção foram oficialmente diagnosticados em 196 países e territórios desde o início da epidemia, em finais de dezembro passado, na cidade chinesa de Wuhan, dos quais pelo menos 5.341.000 são agora considerados curados.

Porém, a AFP avisa que o número de casos diagnosticados reflete apenas uma fração do total real de infeções, já que alguns países testam apenas casos graves, outros usam o teste como uma prioridade para rastreamento e estados países pobres têm apenas capacidade limitada de rastreamento.

Os Estados Unidos, que tiveram a sua primeira morte ligada ao coronavírus no início de fevereiro, são o país mais afetado em termos de número de mortes e de casos, com 127.681 mortes e 2.658.324 casos. Pelo menos 720.631 pessoas foram declaradas curadas até hoje pelas autoridades norte-americanas.

Depois dos Estados Unidos, os países mais afetados são o Brasil, com 59.594 mortes e 1.402.041 casos, o Reino Unido, com 43.906 mortes (313.483 casos), a Itália, com 34.788 mortes (240.760 casos) e a França, com 29.861 mortos (202.126 casos).

Entre os países mais atingidos, a Bélgica continua a ser o que apresenta maior número de óbitos face à sua população, com 84 mortes por cada 100.000 habitantes, seguida pelo Reino Unido (65), Espanha (61), Itália (58) e Suécia (53).

A China (sem os territórios de Hong Kong

e Macau) contabilizou oficialmente um total de 83.534 casos, incluindo 4.634 mortes e 78.479 recuperações.

A Europa totalizava 197.605 mortes e 2.693.243 casos, os Estados Unidos e Canadá 136.344 mortes (2.762.595 casos), a América Latina e Caraíbas 116.534 mortes (2.591.485 casos), a Ásia 35.156 mortes (1.330.970 casos), o Médio Oriente 16.470 mortes (769.591 casos), África 10.141 mortes (406.747 casos) e a Oceânia 133 mortes (9.423 casos).

Esta avaliação foi realizada usando dados recolhidos pelas delegações da AFP junto das autoridades nacionais competentes e informações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em Portugal, morreram 1.579 pessoas das 42.454 confirmadas como infetadas, de acordo com o boletim da Direção-Geral da Saúde, no dia 1 de julho de 2020.

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE EXCELÊNCIA ESPECÍFICAS PARA O SETOR SOCIAL

+ DE 3000
CLIENTES EM TODO O PAÍS

SOFTWARE INTEGRADO

GESTÃO DE ENTIDADES DO SETOR SOCIAL
GESTÃO DE UNIDADES DE SAÚDE

GRATUITO

para clientes F3M

OFERTA DE SOFTWARE

SOFTWARE DE GESTÃO DE SURTOS [COVID-19]



REFORÇO DAS AÇÕES ONLINE

INVISTA EM FORMAÇÃO!

Consulte o Plano de formação 2020!!!



INVISTA NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

FINANCIAMENTO

0%

sem juros

Fale connosco!

F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | www.f3m.pt | PORTUGAL | ANGOLA | MOÇAMBIQUE








PORTA SOLIDÁRIA JÁ SERVIU MAIS DE 42 MIL REFEIÇÕES DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA

A crise está para durar e é preciso que as ofertas voltem a aumentar

Em fevereiro de 2009, a Paróquia da Senhora da Conceição, no Porto, criou o que designa por Porta Solidária, um local onde os mais carenciados podem ir buscar alimentação. Inicialmente pensada para apoiar as pessoas em situação de sem-abrigo, a crise que na altura tomou conta do país abriu o leque das pessoas que recorriam à Porta Solidária.

Desde então, “muitos milhares de refeições” já foram servidos através de uma resposta criada “na sequência da crise económica em Portugal e chegou a apoiar 300 pessoas por dia”, recorda o padre Rubens Marques, pároco da Igreja do Marquês.

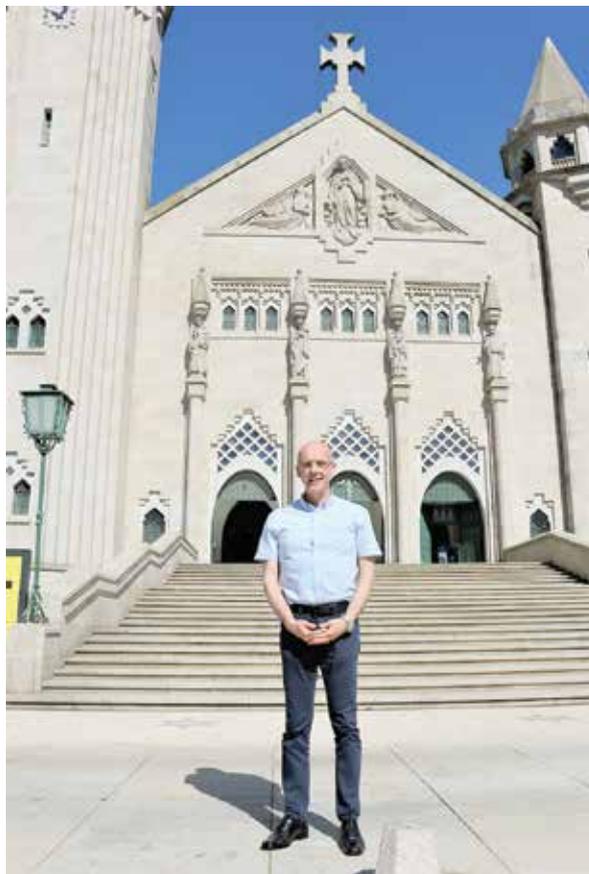
Das 300 refeições/dia nos anos da crise, com a recuperação do país, os números desceram para cerca de metade.

“Em 2014, 2015, começou a diminuir o número de pessoas que aqui vinham e, em 2019, a média diária andava nas 160 refeições”, refere.

No entanto, tudo voltou a mudar desde março do corrente ano e o número de beneficiários da Porta Solidária cresceu exponencialmente: “Desde que foi declarada a pandemia, ou seja, desde o dia 12 de março até 30 de junho, já foram servidas 42.518 refeições, sendo que 1.631 foram a crianças com menos de 10 anos”.

O padre Rubens Marques explica que foi necessário adaptar a resposta às novas circunstâncias, pois foi necessário criar um “sistema take-away, em que as pessoas recebem um kit, que dá também para o almoço do dia seguinte, com duas peças de fruta, dois iogurtes, três sandes e ainda um recipiente com comida quente e mais um pão”.

Para além do crescimento exponencial de beneficiários da Porta Solidária, que atualmente serve uma média de 450 refeições/dia, o padre Rubens Marques sublinha a alteração do perfil das pessoas que recorrem à ajuda alimentar: “Quando a Porta Solidária abriu, havia muitas pessoas da classe média a recorrer ao serviço, mas depois da crise ficámos com os sem-abrigo, que foi para eles que abrimos, e muitos reformados, sobretudo homens que só têm dinheiro para pagar o quarto da pensão. Este era o perfil das pessoas que aqui vinham, mas agora mudou radicalmente. A média etária é muito baixa, há muitos jovens, quase 50% são desempregados da pandemia, maioritariamente jovens, e só 20% são sem-abrigo. Depois há também muitas famílias e aumentou muito o número de pessoas idosas à procura de alimentação. O perfil, neste momento, é muito mais diversificado do que era nos anos antes da pandemia”.



D.R.



Na perspetiva do pároco do Marquês, “a crise está instalada e ainda vai ficar pior do ponto de vista da pobreza, porque não se sabe se algumas empresas irão abrir quando terminar o lay-off, o turismo vai recuperar muito lentamente e a maioria destas pessoas mais jovens trabalhava ligada ao turismo com empregos precários e, talvez, venham a engrossar as filas na procura de comida”.

A situação é complicada e não apenas para os cidadãos nacionais, pois à Porta Solidária têm acorrido também muitos estrangeiros, pois, na zona do Marquês, “há uma grande presença de brasileiros, de outros países da América do Sul e também, sobretudo, de África”, revela o padre Rubens

Marques.

Também na Invicta a solidariedade tem sido extraordinária, um gesto essencial para que as instituições possam apoiar os que mais precisam.

“Temos assistido a verdadeiros milagres, pois temos muitas ofertas. Gasta-se muito por dia e as ofertas nunca são de mais, mas, felizmente, têm chegado. Temos tido muitas ofertas de muitos particulares, de famílias, também de empresas e de outras entidades da sociedade, de muitos grupos de outras paróquias e de fora da cidade também, e ainda de grupos de escuteiros”, sustenta o pároco, deixando um apelo: “Agora, precisamos de ter alguma continuidade nas ofertas, porque o boom das ofertas foi nos primeiros dois meses e nota-se que está a diminuir muito. Por isso, precisamos que volte a aumentar e que tenha continuidade para garantirmos estas refeições”.

Fundamental tem sido o trabalho dos voluntários, 27 por dia, divididos em vários turnos (das 10h00 ao meio-dia, das 15h00 às 16h30, das 17h00 às 20h30). Porém, com a chegada do verão e do êxodo habitual para destinos de férias é essencial que outras pessoas se voluntariem para que o serviço não cesse.

“Estamos numa nova campanha de angariação de voluntários, porque em julho e agosto muitas pessoas vão ausentar-se da cidade e é necessário substituí-las”, explica.

No final de junho, a Porta Solidária recebeu a ilustre visita do Presidente da República, uma presença “importante”, segundo o padre Rubens Marques.

“É importante por duas razões: primeira, para pôr nas agendas política e jornalística o problema da fome, que está a acontecer em Portugal, que vai aumentar e é uma situação gravíssima. Muita gente da classe média passou para pobre e muitos pobres passaram para pobreza extrema e isso altera o tecido social e as necessidades. Em relação à Porta Solidária tem interesse, porque demonstra que o senhor Presidente reconhece o nosso trabalho e o de muitos outros noutros locais como válido e, depois, porque as pessoas ficam mais sensíveis para colaborar, quer com ofertas, quer como voluntários”.

Com as ofertas e o trabalho dos voluntários, a Porta Solidária vai continuar a alimentar uma média de 450 pessoas por dia, mas, como referiu o padre Rubens Marques, esse número poderá crescer, porque a crise está para durar.

COVID-19

Nenhum de nós passou por uma crise como esta

Eugénio José da Cruz Fonseca é o presidente da Cáritas Portuguesa. É natural e residente em Setúbal, onde nasceu em 1957. É Licenciado em Ciências Religiosas pela Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. Em 1996, foi eleito Presidente- Adjunto da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, agora designada de Confederação das Instituições de Solidariedade Social, onde esteve até 2012. Em 1987, foi nomeado Presidente da Cáritas Diocesana de Setúbal, cargo que exerceu até 2016. Em 1999, foi nomeado, pela Conferência Episcopal Portuguesa, Presidente da Cáritas Portuguesa, cargo que atualmente exerce.

SOLIDARIEDADE - A Cáritas tem recebido muitos pedidos de ajuda por causa da Covid-19?

EUGÉNIO FONSECA - Quase mais de metade do número total de atendimentos do ano passado que foram 101.462. Estes números referem-se apenas às 20 Cáritas Diocesanas e a pouquíssimos atendimentos sociais de proximidade feitos em cada paróquia. Se um dia for possível ter informações das 4.374 paróquias existentes em Portugal, o número referido representará uma “gota” no grande oceano do conhecimento (causas, problemas e necessidades) da realidade da pobreza material no nosso país. Os meses de abril e maio foram os de maior pressão sobre os atendimentos. A falta de recursos surgiu rápida e logo com alguma agressividade. A falta de rendimentos das empresas familiares e microempresas que tiveram de dispensar alguns dos seus colaboradores; as empresas candidatas ao *lay-off* que não viram, atempadamente, aprovadas as suas candidaturas; a inexistência de poupanças resultantes de salários baixos, etc. fizeram com que muita gente tivesse necessidade de ajuda imediata para a aquisição de bens básicos. Por agora, a afluência diminuiu um pouco, porque os salários, pelo menos em parte, começaram a ser pagos e, quem a isso teve direito, acedeu ao subsídio de desemprego. Mas a juntar a estes não podemos esquecer os que fazem parte do número que já referi, pois, a maioria deles, ainda continuam em situação de carência. Ou seja, a situação deste grande número de pessoas com falta de recursos financeiros, não pode fazer esquecer os mais de 17% que já vivem em estado de pobreza.

Há alguns dados que prenunciem uma crise social profunda?

São vários os indicadores. Não é este o espaço para os explicar a todos. Limito-me a enunciá-los, adiantando já que estamos numa nova crise económico-financeira, mas com uma gravidade que ninguém de nós já viveu. Os indicadores, entre outros, são: a drástica redução dos postos de trabalho; a impossibilidade de manter a *lay-off* pelo tempo que as empresas mais débeis dele poderiam precisar; o findar das bonificações que estão ainda em curso com moratórias, até ao final do ano que possibilitam o adiar do pagamento de impostos fiscais e taxas à Segurança Social; a diminuição muito forte de atividades relacionadas com o turismo; o aparecimento de problemas de saúde, com particular preocupação para



o domínio da saúde mental que estes problemas costumam acarretar; a diminuição das exportações e a dificuldade em emigrar à procura de trabalho, pois todo o mundo está a ser atingido por esta crise resultante da crise sanitária, cujo desfecho ainda não se conhece. A agressividade de tudo isto dependerá do comportamento da União Europeia. Para já, parece estar no bom caminho. Porém, no essencial, ainda não passou do plano das promessas. A EU ou se refontaliza, retomando os valores que estiveram na sua origem ou ficaremos todos a saber, aquilo que nós portugueses já experimentámos na última crise, que só existe para beneficiar os países mais ricos do norte da Europa. Todavia, o importante é manter viva a certeza de que, com justiça social, assente na diferenciação positiva, e na solidariedade que respeite a dignidade de cada pessoa e de todo o Portugal, haveremos de vencer mais esta prova à nossa capacidade de desbravar novos caminhos. Por mares nunca de antes navegados, no dizer do nosso poeta Camões (Lusíadas, Canto 1).

As Instituições Sociais foram a “almofada” no tempo da crise de 2019/2013. Será algo semelhante?

Sem dúvida. Por vezes fico estarelecido quando assisto a debates nos quais, representantes de determinadas ideologias, questionam a existência e a ação das IPSS. Quanto a mim, não o fazem por convicção, mas com o intuito de valorizar o papel do Estado. Isto só revela, apesar da Constituição da República Portuguesa, evidenciar, com clareza, o papel do Estado e o da Sociedade Civil organizada, que há um debate por fazer, tendo como pano de fundo o desenvolvimento integral do país e o bem comum sem qualquer tipo de aceção. As IPSS estão a fazer um grande esforço, mantendo os serviços sempre prestados, apenas encerraram os que foram mandados fechar pelas autoridades de saúde. Este esforço não põe em causa aquele que também foi feito pelos serviços estatais, concretamente pelo pessoal de saúde e militar e de Segurança. Mas, é óbvio que quem está mais próximo, chega mais depressa. Toma conta da realidade com maior

assertividade e mobiliza as comunidades locais para a partilha de bens e de tempo. Nesta dinâmica não esqueço o trabalho meritório das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia. O que não deveria faltar, e mais uma vez sucedeu, era o apoio atempado em meios e orientações para tornar mais eficiente o trabalho destas instâncias de maior proximidade. É verdade que, nestas como em muitas outras situações emergentes, as instituições, mesmo as informais, têm sido uma boa “almofada”, onde por vezes, os mais responsáveis descansam. Mas há que nutrir as IPSS de meios humanos e financeiros suficientes para responderem sem terem que viver em sobressaltos financeiros. Por outro lado, há que acabar com a dicotomia Estado e IPSS e passar-se a falar mais de cooperação aberta e sem “patrões” e “clientes”, mas como “tribulação” do mesmo “barco”, remando todos no mesmo sentido, para se atracar a bom porto.

Que consequências prevê deste período de Covid-19?

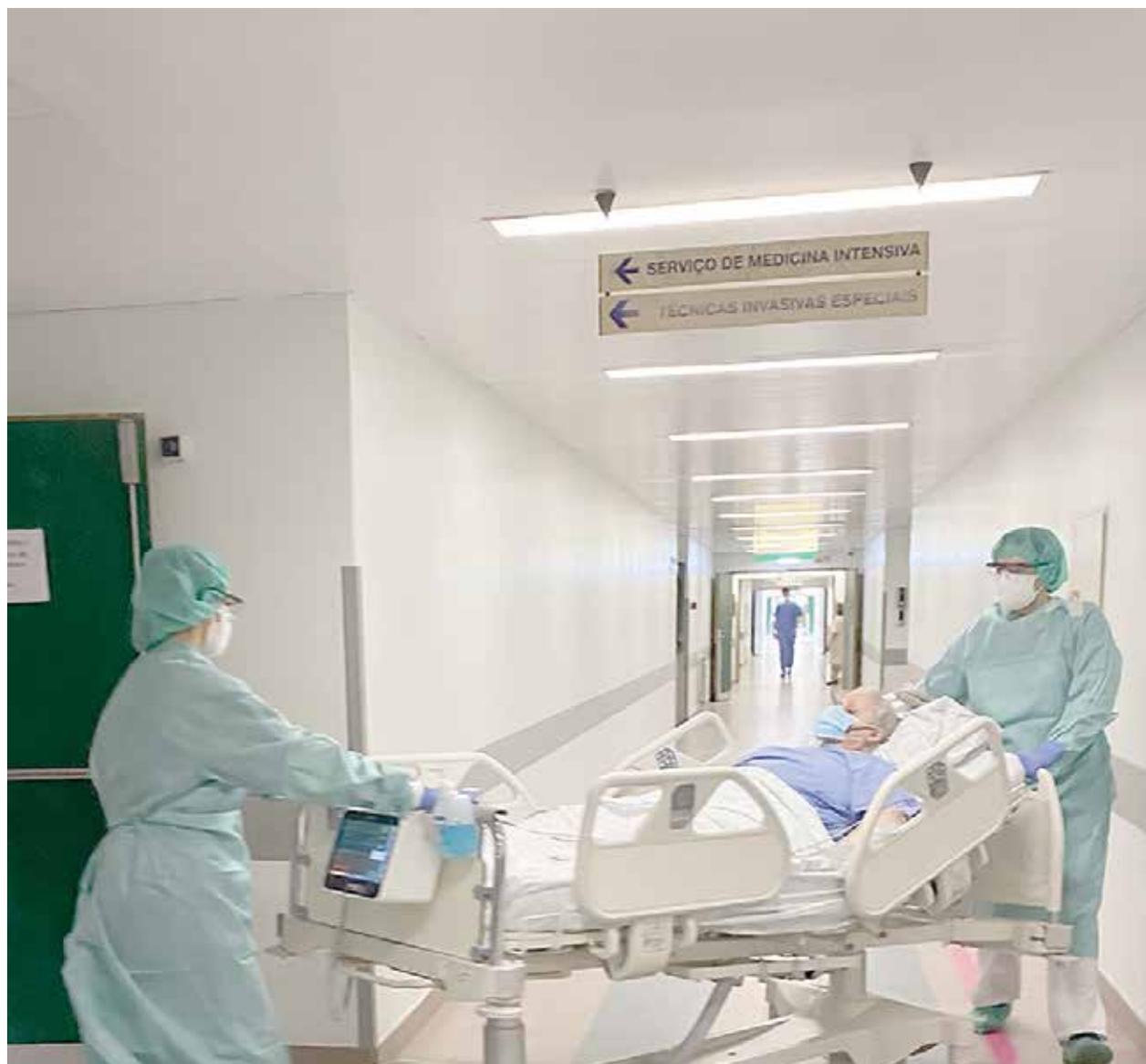
As consequências já as enunciei ao referir-me à crise económica e financeira. Acrescento aquelas que decorrem da própria pandemia que ainda não se sabe quando cessará. Pelos indicadores que nos vão sendo disponibilizados, receio o aumento de contaminações e a tragédia de mais mortes; o aumento de estados depressivos, sobretudo em pessoas de mais idade, devido ao isolamento físico; uma impossibilidade de resposta, até agora conseguida, por parte do Sistema Nacional de Saúde se ocorrer uma nova e maior vaga de contaminações; o desrespeito pelas orientações das autoridades de saúde face ao cansaço no cumprimento das que já estão em prática. São possibilidades que gostaria não se tornassem realidades. Isso depende de cada um/a de nós. É preciso ter respeito pelo próximo. Por nós e pelos outros. Não nos podemos descuidar no cumprimento das medidas de prevenção. Já, agora, como alguém me disse, talvez fosse mais explícito falar em “distanciamento físico” que em “distanciamento social”. Esta indicação é mais abstrata. Também uma das consequências que prevejo, para não dizer que considero imprescindível, é a oportunidade de repensarmos o planeamento, o conhecimento dos recursos disponíveis, os métodos de articulação entre instituições públicas e privadas, bem como a maior capacitação de quem é chamado a dirigir e a colaborar.

Está o país preparado para uma nova crise?

Temos uma certa fama de nos desenrascarmos. É a metodologia espontânea do reagir em vez de pro-agir. Mas não me parece que uma crise destas dimensões se compadeça com voluntarismos reativos. Não teremos todos os recursos, mas há que acautelar a criação de metodologias que evidenciem a interdependência entre cidadãos e instituições. Esta é a hora de nos convenceremos que o nosso bem também depende dos outros. Ninguém se salva sozinho. Recordo aquele magnífico fim de tarde, de 27 de março, em que na Praça de S. Pedro, Francisco, aparentemente só, gritou que não nos esqueçamos que estamos todos no “mesmo barco”. Se embarcarmos todos, sabendo que as “ondas” serão altaneiras, mas com a união de esforços, sem dispensar ninguém, venceremos a tempestade.

Como se tem comportado o governo nesta matéria de apoio e prevenção social?

Não nego o esforço que se tem feito. Pelo que



se vê, nenhum governo, a nível, mundial, estava preparado para tão inesperadas duas crises desta dimensão. Quanto ao governo português teve dificuldade em fazer chegar a tempo os materiais necessários para a prevenção e combate ao vírus. Reconheço, porém, que a demora esteve relacionada com a saturação do mercado que produzia materiais tão específicos. Por outro lado, a falta de equipamentos, como ventiladores, era já uma carência do sistema para além de não estar adequada a distribuição dos existentes. Mais uma vez se comprovou como a governança deste país carece de articulação eficaz entre Ministérios e dentro de cada um deles, dos departamentos existentes. Contrariamente, realço a boa articulação entre a Presidência da República, o Governo e o Parlamento. Destaco o posicionamento de alguns Partidos com assento parlamentar que, apesar de determinadas divergências políticas, optaram por consensos, sabendo que o grave problema que afligia o povo estava acima de tudo. Gostaria que o mesmo acontecesse no que concerne à crise económica e financeira.

Nada destas instâncias conseguiria o que fez, se não tivesse tido na linha da frente, tantos heróis como todo o pessoal de saúde, as forças de segurança, os colaboradores assalariados e voluntários das instituições sociais, as corporações de bombeiros, as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais.

Que estratégia tem a Cáritas gizada para os próximos tempos?

Sob a égide do lema “Inverter a curva da pobreza” a Cáritas, em Portugal, aposta na resposta

à satisfação de necessidades básicas de subsistência. O povo português foi já muito solidário no combate às carências alimentares. Agora, é preciso ter consciência de que os géneros alimentares doados precisam de gás, água, eletricidade e habitação para os confeccionar. Precisamos, por isso, de meios financeiros para ajudar as pessoas a terem acesso a estes bens. Como apoiar no pagamento de medicamentos, de propinas para alunos universitários, na compra de computadores para que crianças e jovens continuem a estudar, etc. Sei que o povo já deu muito, mas apelo aos que ainda o possam fazer que não se esqueçam destas necessidades, indo o meu apelo mais direto para as empresas que tenham condições financeiras satisfatórias.

Faz sentido pensar-se em programas de emergência alimentar, como já houve?

Como referi, faz todo o sentido. Há pessoas que já não conseguem ter condições para acederem às refeições diárias principais e muitas mais que o fazem, mas com baixos níveis nutricionais. O direito à alimentação é inerente à condição do ser humano, como de qualquer outro ser vivo. Estou a falar de direito positivos, que o são mesmo que não existisse uma Declaração Universal dos Direitos Humanos. Deixar alguém passar fome é um crime. Mas tudo o que nesta área, como em todas as outras, se faça é imperioso ter sempre em conta a defesa e o respeito pela dignidade humana que tem no princípio “não faças aos outros o que não gostarias que te fizessem a ti” um referencial objetivo.

As contas da tragédia dos incêndios de 2017

Exerço as funções de Presidente da Assembleia Geral da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e é com satisfação que constato que entre a Confederação das Instituições Particulares de Solidariedade (CNIS) e a UMP há uma articulação muito positiva que tem funcionado em torno de problemas que, sendo comuns, obrigam a uma atuação concertada, nomeadamente no que se refere ao diálogo com o governo. Nesta época da luta contra a pandemia essa articulação tem sido uma realidade. Isso deve-se, em grande medida, ao conhecimento dos problemas e à capacidade de liderança revelada pelo Senhor Padre Lino Maia, no caso das IPSS e pelo Dr. Manuel de Lemos na UMP. A estas personalidades se deve muito do que se tem resolvido em situações causadas pela falta de articulação entre entidades oficiais que, em muitos casos, resultam da falta de conhecimento do que verdadeiramente se passa no terreno. Nos últimos três meses tenho sido testemunha da angústia e do medo que acompanharam a vida diária de muitos dos dirigentes e trabalhadores das Santas Casas da Misericórdia e das IPSS. A dedicação de que deram provas em circunstâncias muito adversas deve merecer o mais profundo reconhecimento dos portugueses.

A exemplo do que aconteceu devido à última crise vivida durante a época da troika, mais uma vez ficou patente o papel insubstituível desempenhado pelas instituições sociais na resolução de muitos problemas, especialmente relacionadas com pessoas em situações de alto risco. A prova é que os dados até agora conhecidos comparam muito favoravelmente com os de instituições idênticas na Europa.

Mas tarda que esse reconhecimento se traduza numa atitude diferente por parte do Estado, especialmente no que tem a ver com o conteúdo das formas de cooperação que se vão desenvolvendo com a progressiva acumulação de sacrifícios por parte das instituições. As políticas sociais só serão eficazes se beneficiarem,

na sua conceção e ação, da colaboração por parte de quem está perto dos problemas. E esse conhecimento está em larga medida, como fruto da experiência vivida nas IPSS e nas Misericórdias. Não aproveitar esse valioso capital adquirido na vivência quotidiana é um desperdício incalculável para o País. Não perceber isto é miopia política.

Sinceramente, temo que esta miopia alimente o cansaço e o desânimo de muitos dos dirigentes das instituições sociais que só têm resistido, graças à força interior que possuem, ao seu sentido de missão e à responsabilidade que assumiram perante os seus conterrâneos.

Já sabemos que quando as coisas correm bem não são notícia, mas quando há uma instituição que por desleixo ou incúria não fez o que devia, a nuvem é tomada por Juno e são os muitos milhares de instituições sociais que ficam com a imagem desgastada perante a opinião pública. Vem isto a propósito do que se passou na última Assembleia Geral da UMP realizada no dia 27 de junho, em Fátima, em que foram aprovados, por unanimidade, o Relatório de Atividades e a Conta de Gerência do exercício social de 2019.

Para além da Assembleia se ter também congratulado com a forma como as Santas Casas da Misericórdia geriram os efeitos da pandemia, o ponto que gostaria de sublinhar neste artigo, foi a gestão financeira da recuperação de habitações provocada pelos fogos que deflagraram, em junho de 2017, nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Sertã e Penela.

Recordo que a tragédia vivida naqueles concelhos emocionou o País e foram muitas as iniciativas que foram surgindo com o objetivo de apoiar as vítimas. Entre muitas dessas iniciativas realizou-se um espetáculo que mobilizou muitos artistas e que decidiram entregar o dinheiro da receita arrecadada à União das Misericórdias. Outras entidades “engrossaram” o montante para apoio às vítimas da tragédia e a Fundação Gulbenkian decidiu

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



fazer uma parceria com a UMP com o objetivo de recuperar as casas de habitação destruídas pelos incêndios. Na altura surgiram vozes que tiveram eco na comunicação social de que não haveria certezas sobre o modo como seria aplicado esse dinheiro dando a entender que algum seria perdido pelo caminho, indo parar a bolsos de gente pouco escrupulosa. Foi na altura que decidi assumir publicamente um compromisso segundo o qual no fim do processo, seriam apresentadas as contas ao detalhe, cêntimo a cêntimo.

Foi o que aconteceu nesta Assembleia Geral. Foi aprovado o Relatório de Execução Financeira do Apoio à Reconstrução das Casas naquela zona do País, devidamente auditado pelo Revisor Oficial de Contas e, nesse relatório, aparecem todos os donativos recebidos pela União das Misericórdias e todos os gastos efetuados discriminados casa a casa e fatura a fatura.

O compromisso assumido ficou assim cumprido e desse facto demos nota à agência Lusa que emitiu uma nota para todos os órgãos de comunicação social. Já passaram vários dias e nem uma linha apareceu a dar conta do facto.

Imaginem se fosse uma qualquer instituição social a não cumprir qualquer mínimo, o ruído que surgiria em tudo que fosse jornal ou televisão.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt

Estados Unidos: o declínio de uma superpotência

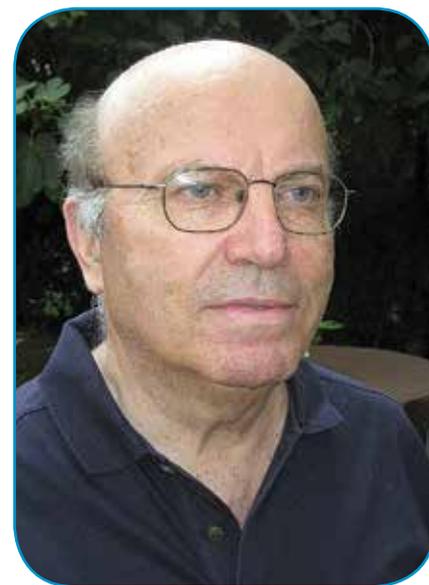
A História ensina que todos os impérios têm um ciclo de vida mais ou menos longo, mas sempre passageiro. Só alguns, e excepcionalmente, resistem durante séculos. Uma coisa se afigura, no entanto, certa: os impérios são sempre efémeros. Acrescente-se ainda que, ao longo do tempo, o nome de império foi ganhando um sentido pejorativo, deixando mesmo de ser motivo de orgulho para os povos que o construíram. Por essa e outras razões, esse nome foi sendo substituído por outros, tais como o de potência e, em alguns casos, pelo de superpotência.

Vem isto a propósito das crises mais ou menos visíveis por que passam alguns dos “impérios” da actualidade, e permitimo-nos salientar particularmente um deles: os Estados Unidos. Libertos do domínio inglês em 1776, este país já era, no início do século vinte, uma potência regional com provas dadas em alguns conflitos, limitados até então ao continente americano, tais como a guerra com a Espanha que levaria à conquista de Cuba. Mas é a chamada primeira Grande Guerra, em que participa já na fase final do conflito, que vai projectar o seu nome para

a esfera das grandes potências mundiais de então. A partir daí, e com a sua intervenção decisiva na segunda guerra mundial, a antiga colónia britânica vai assumir o papel de uma verdadeira superpotência, militar, económica e política, um estatuto que praticamente ninguém contestava, pelo menos até há uns anos atrás.

E dizemos pelo menos até há uns anos atrás, porque não são de agora os sinais de declínio dum país que, depois da segunda guerra mundial, e durante bastantes anos, disputou com a Rússia o título de maior potência mundial. É certo que, do ponto de vista militar, ainda poderá invocar esse título, mas a componente militar já não chega para o justificar plenamente. E a verdade é que, nos últimos anos, os Estados Unidos perderam a liderança política e moral do Ocidente, até aí incontestável.

As imagens da violência que tem abalado a América são absolutamente perturbadoras e devem ter levado muita gente a perguntar como é que este país pode ter seduzido tão intensamente todos aqueles, e foram muitos, que procuram alcançar e viver



o chamado sonho americano. E como se tudo isso não bastasse, a famigerada pandemia da Covid-19 invadiu o antigo “império”, fazendo nele ainda mais vítimas do que algumas das muitas guerras em que os americanos participaram desde a fundação do seu país. Uma coisa parece certa: não estamos ainda a assistir ao fim dos Estados Unidos como grande potência, mas estamos a ser testemunhas dum declínio que parece fatal.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



Telescola e teletrabalho

1 – Aristóteles ensinava os seus discípulos, lendo e disqueteando enquanto passeava com eles ao ar livre no Liceu de Atenas, durante o Século IV antes de Cristo, na chamada Antiguidade Clássica.

Tal procedimento acabou por determinar o nome dado ao método e, por sinédoque, à Escola: a Escola Peripatética, palavra grega que significava “ambulante” – ou “deambulante”.

Esse modelo de - como se diz no jargão do educar - ensino/aprendizagem representa uma relação entre o mestre e os seus discípulos marcada pela proximidade e pela cumplicidade, persistindo como hábito virtuoso até aos dias de hoje.

Há cerca de 30 anos, o filme “Clube dos Poetas Mortos”, de grande sucesso comercial, em que um professor suscita o entusiasmo dos alunos, arrastando-os para fora do espaço fechado da Escola, dando vazão e estimulando processos de envolvimento menos convencionais dos mesmos alunos, ou discípulos, representou também, nos tempos mais modernos, um outro exemplo da mesma necessidade de aproximação entre mestre e discípulos, como mecanismo potenciador da aprendizagem e da criatividade.

Em muitos Colégios e Universidades, designadamente em países de tradição anglo-saxónica, existe a figura do tutor – um professor que tem a seu cargo o acompanhamento de um aluno específico no ambiente escolar, ou de um pequeno grupo de alunos, velando pelas condições de sucesso desses mesmos alunos, seja esse sucesso medido sob que bitola for.

Tudo isto para realçar que a relação de proximidade entre mestre e discípulo tem constituído, em múltiplos registos históricos, aquilo a que, na linguagem de hoje, podemos designar de “boas práticas”.

É certo que a massificação do ensino, de forma a garantir aos jovens a universalização da oferta de escola pública, torna particularmente difícil a generalização do método que designamos por peripatético: não há mestres que cheguem para tantos discípulos.

De forma que o sistema de ensino vem reservando, e bem, o modelo tutorial aos jovens alunos que mostrem dificuldades de aprendizagem, de forma a permitir que estes possam acompanhar a passada dos demais.

Mas o que parece legítimo deduzir dos exemplos referidos é que a relação de proximidade com os professores constitui condição de maior sucesso na aprendizagem; e, não menos importante, na vontade de aprender.

Outra manifestação de apreço por essa aproximação entre alunos e professores é a insistência com que os sindicatos representativos dos professores defendem a necessidade de diminuir o número de alunos por turma – de maneira a reforçar a ligação entre ambos.

2 – Em meados da década de 60 do século passado, o início do processo do alargamento da escolaridade, com a criação do então designado Ciclo Preparatório – correspondendo aos actuais 5º e 6º ano do ensino básico -, deve muito à chamada Telescola, que consistia na existência de aulas disciplinares dadas pela Televisão, assim se suprimindo a falta de professores, insuficientes para assegurar a cobertura do território no sistema tradicional – presencial -, que o crescimento rápido do número de alunos tornava premente.

A pandemia que nos tem assombrado os dias ao longo dos últimos meses, tendo exigido, por motivos de saúde pública, o encerramento das escolas, veio implicar a reconstituição desse método de ensino, pela Televisão, para a continuidade possível do ano escolar, restaurando as aulas à distância, como nos já longínquos anos 60 do século XX.

Mas tratou-se de um expediente determinado pela natureza excepcional destes tempos de distanciamento, de afastamento entre as pessoas, para dificultar a propagação do vírus.

Não é para ficar como novo modelo para o futuro. Não digo que seja necessário um professor por cada aluno.

Nem na Grécia de Aristóteles era assim – e os alunos eram poucos...

Mas é precisa a presença física dos alunos para que um professor apreenda aquele “brilhozinho nos olhos” que ilumina o rosto de uma criança quando compreende um conceito novo ou quando acerta num cálculo mais difícil.

Até porque a escola pública tem o condão de constituir o chamado “elevador social”, permitindo aos alunos provenientes de meios mais desfavorecidos a oportunidade para a aquisição de habilitações e competências que lhes garantam a mobilidade para condições de vida futura mais interessantes.

Ora, no contexto do enfraquecimento da densidade das aprendizagens, que necessariamente acompanha o ensino à distância, são, como sempre, os mais favorecidos que ficam a ganhar – já que as respectivas famílias dispõem de recursos para suprir as deficiências resultantes de tal método.

3 – Também no mundo do trabalho a pandemia obrigou a mudar hábitos e procedimentos.

Pela mesma razão de diminuir os contactos sociais e as intersecções pessoais, foi instituído o teletrabalho como modelo alternativo efectivo ao trabalho com presença física nas instalações das empresas ou dos serviços, deixando de ter o carácter meramente residual que anteriormente assumia como modo de prestação do trabalho.

No Sector Social Solidário, o teletrabalho teve – e continua a ter – fraca expressão, marcada que é pela lógica dos cuidados pessoais a maior parte do trabalho desenvolvido nas Instituições de Solidariedade.

Os gestos dos cuidados com as crianças, com as pessoas com deficiência, com os dependentes, com os mais velhos, constituem uma instância de afecto, de envolvimento, de partilha por parte dos cuidadores, sejam formais, sejam informais.

Não cabem no ecrã estreito de um computador ou de um telemóvel.

No período do mais intenso recolhimento no domicílio, no âmbito do combate à pandemia, a exigência da prestação laboral em regime de teletrabalho foi mesmo erigida em direito dos trabalhadores, podendo estes impô-la à entidade empregadora.

Tal intensidade do direito foi entretanto reduzida, por recondução à forma clássica, dependendo da avaliação que a entidade empregadora faça de cada situação concreta que lhe seja apresentada pelo interessado, passando a ter em conta os interesses da empresa como fundamento da decisão.

Mas, no discurso que vamos ouvindo, sobre as mudanças nos hábitos que o rescaldo da Covid-19 trará ao nosso modo de vida, é pacífica a noção de

que o teletrabalho veio para ficar a marcar presença efectiva no mundo laboral.

Não sei se tal vai representar uma melhoria da vida dos trabalhadores abrangidos.

É certo que são de saudar todas as mudanças que permitam aliviar o peso e intensidade do tempo de trabalho no escasso tempo que a cada um é atribuído – principalmente quando a remuneração desse factor de produção fica tanto a perder relativamente à remuneração do capital.

E a adopção do teletrabalho parece permitir que cada qual administre com maior liberdade o seu próprio tempo, gerindo com maior flexibilidade outros parâmetros da sua vida.

Em alturas de simplex, ainda em muitos contextos laborais a prestação laboral não anda longe da descrição que Manuel da Fonseca fazia, em 1941 “... O sol andando lá fora/ ... e o vento andando lá fora/rumorejando nas árvores/... e a gente práqui fechados/na penumbra das paredes,/curvados prás secretárias/ fazendo letra bonita,/enchendo impressos, impressos,/livros,livros, folhas soltas,/carimbando, pondo selos,/bocejando, bocejando/bocejando.”

Mas, em muitas situações, teletrabalho é sinónimo de trabalho em horário integral: disponibilidade 24 horas por dia, sem sábados ou domingos, sem descanso compensatório, sem férias ou feriados, sem distinção entre dia e noite.

Tudo dependente de quem dá as ordens ou as instruções de serviço.

Por outro lado, o trabalhador em regime de teletrabalho é, muitas vezes, um trabalhador solitário, fechado sobre a sua aparelhagem tecnológica e confinado a si próprio.

Como Fernando Pessoa disse de si mesmo, “um novelo enrolado para o lado de dentro”.

Falta-lhe a protecção, a imunidade de grupo.

Não tem a solidariedade dos colegas de trabalho, quando a luta aperta; nem tem assegurada uma eficaz representação dos seus interesses por parte das organizações sindicais, pela “invisibilidade” da sua presença: no refeitório, nas instalações da entidade empregadora, nas manifestações de protesto, nas reuniões dos trabalhadores.

4 – É antiga a ambição de equilibrar uma prestação laboral que contribua também para a gratificação e realização pessoal do trabalhador, e que seja justamente remunerada, com a fruição de uma vida como vida inteira, com tempo para os afectos, os prazeres e o descanso – juntos ou em separado.

E que tais afectos voltem a ser manifestados de forma física, pelos sentidos, e não no espaço virtual, sujeitos à devassa dos hackers.

Nem todos pensam que o Velho do Restelo constitua, n’ “Os Lusíadas”, um estereótipo negativo.

ASSOCIAÇÃO DO PORTO DE PARALISIA CEREBRAL

Entre o saudável e o paladar a culinária tem sido (du)elo dinamizador

A Covid-19 originou, na Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC), um interessante “duelo” de estratégias e soluções em relação às questões alimentares.

Elisabete Cunha, moradora na “Villa Urbana” de Valbom, unidade de Gondomar da APPC, aproveitou os tempos de confinamento e isolamento social para dinamizar algo há muito planeado... Criar vídeos e partilhar receitas daquela que é uma das suas paixões: a culinária.

No Centro de Reabilitação do Porto, também da APPC, Maria Antónia Campos, responsável pelo Gabinete de Nutrição, decidiu responder a algumas preocupações e anseios dos colaboradores da instituição e, assim, faz regulamente vídeos sobre alimentação saudável e partilha manuais e receitas saudáveis (para pessoas com e sem paralisia cerebral).

De forma casual gerou-se, assim, um “diálogo” interno na APPC: Elisabete Cunha a apostar no paladar e Maria Antónia Campos a defender o saudável.

Numa altura em que a Covid-19 a todos impôs limitações e cuidados, o Gabinete de Nutrição da APPC tem apresentado sugestões, propostas e indicações sobre as questões alimentares. Em ações de formação online, por correio eletrónico e via redes sociais, Maria Antónia Campos (com a colaboração das estagiárias Joana Cunha e Rita Campos) tem divulgado sugestões simples e saudáveis.

Igualmente preocupada com as questões da alimentação, Elisabete Cunha começou praticamente ao mesmo tempo a dar a conhecer os seus cozinhados. A “Tia Elisabete” (nome “profissional” escolhido para os seus vídeos) também demonstra que a culinária pode ser simples, mesmo para alguém com paralisia cerebral e evidentes limitações a nível de expressão verbal e motora.

“Posso ter paralisia cerebral, mas mesmo assim tenho paladar, gosto de comer coisas boas e encaro a culinária como uma paixão. Que devo partilhar!”, acrescenta a moradora da “Villa Urbana”. Semanalmente faz a divulgação de um vídeo com um prato à sua escolha. É que, para além das imagens do como fazer, Elisabete Cunha conta com a ajuda de colaboradoras da APPC na edição e legendagem (Natália Moreira e Raquel Pinto) e na tradução em Língua Gestual Portuguesa (feita por Ana Magalhães, também colaboradora na instituição).

Maria Antónia Campos encara com um sorriso a coincidência da APPC dar a conhecer duas posturas: “Acho que se pode chegar a um equilíbrio



salutar entre o saboroso e o saudável”.

“Cozinhar inspira-me e desafia-me. Acho que consigo fazer os outros felizes. Além de que ao cozinhar lembro-me da família, da minha infância e da minha mãe. Pois foi com ela que tudo começou...”, frisa Elisabete Cunha sobre “esta aventura culinária que demonstra que todos conseguimos ultrapassar barreiras”.

Em resposta, a nutricionista da APPC, apela também à “inspiração”. “Qualquer pessoa deve sempre preocupar-se em ter uma alimentação saudável. No caso de pessoas com paralisia cerebral, evidentemente adaptada às suas necessidades específicas”, tentando equilibrar os normais desejos alimentares ponderando as suas eventuais implicações.

Na última edição do jornal Solidariedade, na notícia relativa à Torrestir, verifica-se que o Dr. Fernando Manuel Torres é referido como Presidente da empresa. De facto, podendo ser uma designação aceitável, do ponto de vista jornalístico, e na perspetiva de quem lê e não está familiarizado com os organigramas empresariais, a verdade é que se trata de uma incorreção funcional. Assim, com as devidas desculpas pelo lapso, aqui fica a correção: Fernando Manuel Torres é administrador do grupo empresarial Torrestir.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA VISITOU OBRA SOCIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

Para estar “onde mais se sofre, com as pessoas que mais precisam”

O Presidente da República visitou várias IPSS da cidade do Porto, entre as quais dois centros sociais da Obra Social de Promoção Social (ODPS), a maior instituição social do distrito.

Marcelo Rebelo de Sousa justificou a sua presença com a vontade de estar “onde mais se sofre, com as pessoas que mais precisam dessa presença”, nomeadamente “os que não têm nada, ou têm pouco, ou têm cada vez menos por causa da pandemia”.

Depois de ter visitado o Centro Social do Cerco, logo após ter tomado posse, o Chefe de Estado quis, neste momento difícil para muitos portugueses, regressar, desta feita ao Lagarteiro e a S. Roque da Lameira, para chamar a atenção de todos para os que “estão a sofrer” por causa da pandemia de Covid-19.

“É para eles que vai o nosso pensamento hoje, dure o que durar a pandemia. Nós estaremos com eles sempre, porque são tão portugueses como os outros portugueses. São aqueles que mais necessitam que mais precisam de nós neste momento de pandemia”, asseverou, acrescentando: “Para esses que vivem espalhados por todo o país, mas sobretudo para aqueles que vivem em áreas, como as áreas metropolitanas, onde em maior número o drama social está a bater à porta, é a mensagem muito simples que quis deixar”.

Manuel Moreira, presidente do conselho de administração da ODPS, lembrou a necessidade da “implementação de um verdadeiro plano de emergência social pelo governo de Portugal”, sublinhando os “graves problemas de sustentabilidade das IPSS”, destacando: “O aumento de 3,5% para 2020 das comparticipações previstas nos acordos de cooperação da Segurança Social é manifestamente insuficiente para fazer face aos seus compromissos financeiros”.

Por seu turno, sobre esta questão, o Presidente da República afirmou ter “a certeza” de que o Estado está atento à situação, que é “vital para os tais mais pobres, mais dependentes, mais explorados, mais carenciados que mais estão a sofrer com a Covid-19”.

A este propósito, Marcelo Rebelo de Sousa referiu estar atento, lembrando também que já na anterior crise foram as IPSS a almofada social do país: “Sou muito sensível a essa preocupação. Ainda há dias o padre Lino Maia, em nome das Instituições Particulares de Solidariedade Social, como a União das Misericórdias Portuguesas, chamou a atenção para o acompanhamento e a sensibilidade por parte do Estado para instituições que, por todo o país, constituem tecido tão importante”.

Na visita à ODPS, Marcelo Rebelo de Sousa foi acompanhado, entre outros, D. Manuel Linda, bispo do Porto, padre Lino Maia, presidente da CNIS e assistente eclesial da ODPS, e ainda Hélio Loureiro, presidente da Liga de Amigos da ODPS.



COVID

Z E R O



CONFORTO E SEGURANÇA NA SUA INSTITUIÇÃO

As soluções **COVID ZERO** apoiam a sua Instituição nesta fase de incerteza, garantindo a segurança dos seus utentes e colaboradores em locais limpos, seguros e confortáveis.

Prepare o regresso e garanta os melhores serviços de continuidade, proporcionando toda a segurança nas suas instalações.

TRIVALOR
Servimos bem-estar.

Rua da Garagem, Nº 10
2790-078 Carnaxide
(+351) 210 420 005
E-mail: covid.zero@trivalor.pt



CONTACTOS

covidzero.trivalor.pt



Avaliações de
risco e formação



Saúde e
segurança



Despistes
COVID-19



Limpeza e
desinfecção



Gestão
documental



Segurança
eletrónica



Equipamentos de
proteção individual
e coletiva



Entre outros

CUIDADORES INFORMAIS

Prazo para requerer subsídio alargado até final de julho

O prazo para os cuidadores informais requererem o subsídio, previsto no estatuto com retroativos a abril, foi alargado até final de julho, adiantou o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

“No âmbito do subsídio de apoio ao cuidador informal, os pedidos entregues até 31 de julho são elegíveis para pagamento com efeitos a 1 de abril, nos territórios que integram os projetos-piloto e nos casos em que a elegibilidade se verificasse nessa data”, adiantou o Governo numa nota.

O estatuto do cuidador informal, aprovado em julho de 2019, previa que em 30 concelhos tivessem começado a 01 de abril projetos-piloto, que implicam medidas de apoio, incluindo a atribuição de

“profissionais de referência, da área da Saúde e da Segurança Social, que farão um plano de intervenção que irá incluir medidas de acompanhamento, aconselhamento, capacitação e formação para o cuidador”.

No âmbito destes projetos-piloto, os cuidadores informais principais terão acesso a um novo subsídio de apoio específico, que tem o valor de referência de 438,81 euros e será variável em função dos rendimentos.

O prazo para requerer esse subsídio terminava a 30 de junho, mas o Governo decidiu estendê-lo por mais um mês.

“A partir de 01 de julho, ambos os requerimentos (para o estatuto, a nível nacional; e para o subsídio, nos 30

concelhos que integram os projetos-piloto) podem também ser entregues através da Segurança Social Direta”, refere ainda o MTSSS, sublinhando que “não existe qualquer prazo limite para requerer o Estatuto do Cuidador Informal”.

Na última semana de junho a Associação Nacional de Cuidadores Informais (ANCI) foi recebida em Belém, pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, tendo aproveitado o momento para transmitir ao chefe de Estado os muitos contactos de cuidadores informais a pedir ajuda no processo de candidatura aos apoios previstos no estatuto.

Segundo números da ANCI, dos 800 mil cuidadores informais que existem no país, cerca de 240 mil são-no a tempo inteiro.

SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO. AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE IPSS

SECTOR ECONOMIA SOCIAL

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS

- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENÇAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA
- TSR - Utentes
- TSR - Bancos
- TSR - Associados
- TSR - Rendas
- TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)
- RECEITAS SEM PAPEL

entre outras

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

+ DE 40
APLICAÇÕES

+ DE 900
CLIENTES

100%
CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

MORADA
Rua dos Cutileiros, 2556
4835-044 Guimarães

TELEFONE [+351] 253 408 326
TELEMÓVEL [+351] 939 729 729

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt **tsr@tsr.pt**

TIAGO ABALROADO, PRESIDENTE DA UDIPSS ÉVORA

Situação pandémica no Alentejo preocupa mas instituições estão empenhadas no combate

Passou a primeira fase da pandemia quase incólume. Poucos casos, muito tempo sem registar qualquer falecimento devido à Covid-19 e uma imagem de que lá é que se estava bem. Porém, quando em quase todo o país a situação parece estar a melhorar decisivamente, o Alentejo surge como uma das regiões com surtos ativos, estando inclusive uma IPSS no seu epicentro.

Em conversa com o SOLIDARIEDADE, Tiago Abalroado, presidente da União Distrital das IPSS de Évora, uma das estruturas intermédias da CNIS na região alentejana, traçou o retrato da situação, relevando o empenho e colaboração das instituições sociais no combate à pandemia e no esforço dedicado de todos os dirigentes, trabalhadores e voluntários das IPSS da região.

SOLIDARIEDADE - Depois de na fase mais aguda da pandemia o Alentejo ter passado por entre os pingos da chuva, digamos, a situação agora parece mais complicada. Que retrato se pode fazer da situação atual?

Tiago Abalroado - A situação no Alentejo, e em particular no distrito de Évora, complicou-se um pouco nas últimas duas semanas em virtude do surgimento de um foco de propagação numa Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) em Reguengos de Monsaraz. À data de hoje [dia 5 de julho], só neste concelho verificam-se 141 casos de Covid-19 ativos, dos quais 91 correspondem a pessoas dessa ERPI (22 trabalhadores e 69 utentes), tendo já ocorrido 11 óbitos (1 trabalhadora e 10 utentes).

Esse é um panorama preocupante?

Sim, estamos perante um cenário que nos preocupa bastante, sobretudo, por se tratar de uma IPSS filiada na CNIS por meio da UDIPSS Évora e por termos consciência do forte impacto que a infeção pode ter sobre os mais idosos. Importa ainda assinalar o aparecimento e o agudizar, ainda que de forma menos expressiva, de outros focos comunitários em diferentes concelhos do distrito e do Alentejo que, de acordo com a informação que dispomos, se encontram controlados.

Como tem sido a articulação com as autoridades de Saúde?

A articulação com as autoridades de saúde tem decorrido de forma muito colaborante. O facto de estarmos perante uma única situação com estas características na região tem permitido que as diferentes instâncias de apoio se centrem quase exclusivamente na sua mitigação e monitorização, sendo de realçar e de louvar o grande esforço desenvolvido por todos na contenção dos efeitos e da propagação da doença.

Que medidas foram, entretanto, tomadas



para tentar mitigar a evolução da pandemia nesta fase na região?

No âmbito comunitário, tem havido uma grande aposta na sensibilização das populações para a adoção e reforço de comportamentos preventivos, tendo por base as recomendações da Direção-Geral da Saúde para os vários contextos sociais. No caso específico da IPSS de Reguengos de Monsaraz, houve necessidade de solicitar apoio externo, quer das forças de segurança quer de voluntários, por forma a ser possível assegurar com toda a segurança a prestação dos serviços. Recentemente procedeu-se à transferência dos utentes infetados para um local único e externo ao lar com vista a conseguir maximizar-se a sua proteção e bem-estar e proceder à necessária higienização/desinfecção dos espaços da estrutura residencial para que esta os possa novamente acolher à medida que vão testando negativo.

Como tem sido a resposta das IPSS alentejanas a este novo desafio?

As IPSS do Alentejo estão muito empenhadas

no combate à pandemia e em evitar que esta possa atingir os utentes que têm a seu cargo. Posso afirmar que, se houve algum aspeto positivo associado ao cenário de pandemia, foi, sem dúvida, o reforço da unidade entre todas as instituições sociais da região e o desenvolvimento de efetivos mecanismos de concertação e de colaboração. A título de exemplo, posso indicar que da última reunião online que realizámos, no passado dia 26 de Junho, duas das iniciativas que emergiram como fulcrais para enfrentarmos conjuntamente os efeitos da Covid-19 foi a criação de uma central de negociação coletiva de equipamento de proteção individual para IPSS, que já estamos a preparar, e a constituição de equipas partilhadas de apoio psicológico e à saúde mental dos utentes. Há que salientar o incansável esforço dos profissionais, dirigentes e também dos voluntários destas organizações que, desde o primeiro momento, arregaçaram as mangas revelando um espírito de serviço e de missão singulares, sinal da verdadeira essência do Sector Social e Solidário em Portugal.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Escravatura: Uma dívida por pagar

A morte de George Floyd, um negro americano torturado de forma cruel por um polícia branco, levantou uma onda de indignação à escala global que ainda se manifesta um pouco por todo o lado.

O tema do racismo voltou para a ordem do dia ao mesmo tempo que fica evidente o enorme desconforto das sociedades de capitalismo avançado em lidar com o assunto.

A verdade é que o capitalismo moderno não seria o que é sem as raízes coloniais e sem a escravatura que estava na base dessa economia colonial.

A acumulação que permitiu o surgimento do capitalismo moderno esteve, em larga medida, pendurada na exploração colonial e na mão de obra escrava.

Usufruímos hoje de riqueza e bem-estar porque essa acumulação foi possível, mas tendemos a esquecer duas coisas: a) - que foi extraída a pessoas que trabalhavam sem remuneração; b) - que os descendentes dessas pessoas ainda cá andam. Só nos Estados Unidos são mais de 37 milhões.

A questão das reparações é, em termos morais, inescapável. O gasto argumento de que não devem os cidadãos de hoje pagar por factos que aconteceram há séculos não colhe. Gostemos ou não de enfrentar o facto, somos beneficiários há gerações de uma riqueza que foi extraída de forma ilegítima. Dado que não enjeitamos receber por herança o que as gerações anteriores nos deixaram, não podemos moralmente rejeitar os passivos que ficaram por pagar.

Como calcular o valor desse passivo? Qual o valor das putativas reparações a atribuir?

É claro que é desconfortável atribuir valores monetários à vida humana ou à degradação da mesma por via, por exemplo, de acidentes. No entanto, companhias de seguro, tribunais, advogados, etc. fazem-no todos os dias.

Melhor ou pior temos de atribuir um valor monetário, supostamente justo, para indemnizar os que sofreram o dano. Que os critérios não são “cientificamente” exatos sabemos-lo há muito. Basta ver como acontecimentos traumáticos mudam radicalmente os raciais do cálculo. Veja-se o que aconteceu depois do acidente da ponte de Entre-os Rios ou dos incêndios de 2017, quando o valor das indemnizações por morte foi largamente inflacionado.

Curiosamente o problema das indemnizações pela escravatura foi colocado na altura em que esta foi acabando em várias geografias ao longo do século XIX.

Nos Estados Unidos, onde havia cerca de 4 milhões de escravos à saída da guerra da secessão, foi estipulado que cada família escrava

teria direito a 40 acres de terra, mais ou menos 16,5 hectares, e uma mula para reconstituir a sua vida como seres humanos livres.

Embora transformada em lei, a promessa nunca foi cumprida.

Temos aqui um primeiro critério para calcular o valor “em dívida”. Assumindo 4 pessoas por família estaríamos a falar de 1 milhão de famílias e 16,5 milhões de hectares. Um cálculo grosseiro diz-nos que o valor dessa terra à altura da libertação, atualizado pela inflação e considerando juros razoáveis, pode andar próximo de 3,1 triliões de dólares, cerca de 14,5% do PIB americano.

Utilizando como critério de cálculo a equalização hoje da riqueza média entre brancos e negros o custo seria de 11 triliões de dólares ou 51,4 % do PIB.

Uma perspetiva alternativa seria considerar o valor atual da quantidade de trabalho que não foi paga deduzido dos custos com a sobrevivência mínima dos escravos. Por esse método a dívida seria de 14 triliões, ou seja +/- 65,4% do PIB.

Nalgumas geografias, como é o caso do Reino Unido, as indemnizações foram mesmo pagas. Mas não aos escravos libertos. Quem foi indemnizado foram os proprietários de escravos que foram obrigados a libertá-los.

Temos aqui um caso um pouco diferente porque, melhor ou pior, um cálculo foi feito e ocorreram pagamento reais.

A comissão encarregada de fazer as contas em 1833 chegou a um valor de 50 milhões de libras para um total de 800.000 escravos libertados.

Quanto valeriam hoje 50 milhões de libras de 1833?

Não é fácil fazer a conta. Usar a inflação é enganador porque a composição do índice foi variando muito ao longo do tempo. Em 1833 não havia computadores nem smartphones...

Uma aproximação interessante seria ver quanto valiam os 50 milhões de libras em termos do PIB do Reino Unido da época. Embora as medidas do PIB nessa altura não fossem tão rigorosas como são hoje, é possível estimar a quota em torno dos 12% o que, para o PIB dos nossos dias, daria um valor de 264 biliões de libras.

Ainda podemos fazer uma outra conta. Quanto valeriam hoje os 50 milhões de libras se tivessem sido investidos em 1833 considerando um rendimento razoável? Podemos chegar a valores próximos de 375 biliões de libras.

Os cálculos que possamos fazer serão sempre discutíveis e servem apenas para formar uma ideia da dimensão da “dívida”.

De qualquer forma o que estas contas de merceeiro nos dizem é que, se aceitarmos o princípio de que “devemos”, temos de reconhecer que a “dívida” é grande e que a consequente reparação também tem de ser grande.

Como pagar a “dívida”?

Obviamente que não passará pela cabeça do mais radical pedir ao governo dos Estados Unidos que passe um cheque a cada família negra americana que, dependendo do cálculo, poderia ser superior a um milhão de dólares.

Nem creio que seja isso que a comunidade afro-americana pensa que deva ser a compensação.

A primeira compensação deve ser moral, ou seja, reconhecer a injustiça do passado e assumir a vontade de reparação.

O que os afro-americanos desejam e merecem é ser livres e iguais.

Que não são livres e iguais vê-se pelo tratamento policial e jurídico discriminativo, vê-se pelos níveis de riqueza comparativos, pelos níveis de educação académica, pelos empregos de uns e de outros, pelos bairros que as comunidades negras e brancas habitam, etc.

É aqui que está a compensação.

Programas de habitação decente para os mais pobres, garantia de acesso ao ensino superior nas melhores universidades quando se tem mérito (mas não se podem pagar as propinas milionárias), discriminação positiva nos sistemas educacionais para compensar as desvantagens dos meios familiares adversos, reformas na polícia e nos tribunais para garantir igualdade efetiva de tratamento, etc.

Voltamos sempre ao mesmo. Não há muito para inventar nestes domínios. A única coisa que é mesmo necessária é vontade e coragem política. Que, porventura, mais uma vez, assim que passar a onda de contestação, haverá de se desvanecer.

Só uma nota para as reações de algumas empresas confrontadas com o tema do racismo.

Muitas delas decidiram fazer doações (algumas milionárias) a ONG que lutam pela igualdade racial.

Temo bem que seja um caso de má consciência. Passar cheques para quem tem muito dinheiro é relativamente fácil e não tem qualquer valor moral. Quero acreditar que muitas dessas empresas têm dentro de portas problemas sérios de discriminação racial. Talvez fosse bom começar lá por casa e guardar os cheques para mais tarde. Se ainda sobrar dinheiro...

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





Encontrar o caminho para sair daqui

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

POR CAUSA DA COVID-19

Pessoas com deficiência em condições de desigualdade no acesso à educação, sem terapias e apoios sociais

A pandemia de covid-19 deixou as pessoas com deficiência em condições de desigualdade no acesso à educação, sem terapias e apoios sociais, e também aos seus cuidadores, revela um inquérito do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH).

“Modalidades de ensino à distância desadequadas às necessidades dos alunos com deficiência, suspensão ou redução de apoios e serviços essenciais como terapias e assistência pessoal, sendo as famílias a assumir a prestação de cuidados, e ausência de informações específicas sobre covid-19 direcionadas às pessoas com deficiência, foram algumas das principais repercussões negativas da pandemia nas vidas das pessoas com deficiência”, refere o ODDH, em comunicado.

As conclusões resultam do estudo “Deficiência e covid-19”, promovido pelo ODDH, integrado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, e “no qual participaram 725 inquiridos, dos quais 53,8% eram pessoas com deficiência e 46,2% familiares ou cuidadores de pessoas com deficiência”.

Sobre educação, no que diz respeito ao ensino pré-escolar, ensino básico e ensino secundário, um total de 217 inquiridos disseram ser estudantes ou pais de crianças inscritas nestes ciclos educativos e, desses, 77,9% “avaliaram as modalidades de ensino à distância de forma negativa”, apontando-as como “nada adequadas” (48,4%) ou “pouco adequadas” (29,5%).

Também o ensino superior não respondeu às necessidades das pessoas com deficiência, de acordo com os resultados do inquérito, com 69,3% dos 75 inquiridos abrangidos por este nível de ensino a avaliarem negativamente “a adequação das modalidades de ensino à distância disponibilizadas pelas instituições de ensino universitário”.

Os resultados mostram que “33,3% dos inquiridos classificaram este acompanhamento como nada adequado e 36% dos inquiridos como pouco adequado”.

Quanto a apoios considerados fundamentais, como terapias importantes para o desenvolvimento cognitivo e motor - como terapia da fala, ocupacional, fisioterapia -, a frequência de atividades nos centros ocupacionais ou formação profissional, e serviços de assistência pessoal foram suspensos para 40,1% dos inquiridos.

Entre os 449 inquiridos que afirmaram precisar da assistência de terceiros para a realização de atividades diárias, 33,2% responderam que a assistência pessoal foi suspensa ou reduzida no número de horas diárias de apoio prestado.

“Os resultados do questionário evidenciam que a suspensão destes apoios e serviços comprometeu não só a autonomia e bem-estar das pessoas com deficiência -- ficando sem apoios terapêuticos e pedagógicos específicos assim como auxílio nos cuidados pessoais -, mas também dos seus familiares que, na ausência absoluta de qualquer tipo de apoios, assumiram em exclusivo a prestação de cuidados e

apoio aos seus filhos -- crianças e adultos com deficiência -, criando situações de absoluta exaustão nestas famílias”, concluiu o ODDH.

O estudo inquiriu ainda sobre as condições de acesso à informação no decurso da pandemia. Ainda que 79,8% dos inquiridos tenha considerado a informação sobre a covid-19 disponibilizada pela Direção-Geral da Saúde (DGS) como “acessível ou muito acessível”, foi também “evidenciada a necessidade de melhorar alguns aspetos”.

A disponibilização de informação direcionada a pessoas com deficiência que as reconheça como grupo de risco, disponibilizá-la em formatos de leitura fácil e a utilização de legendagem para que a comunidade surda que não domina a língua gestual possa aceder à informação foram alguns dos aspetos apontados.

“O ODDH foi criado em 2013, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa) e visa acompanhar a implementação de políticas para a deficiência em Portugal e nos países de língua oficial portuguesa, assim como promover processos participados de monitorização e de desenvolvimento dos direitos humanos das pessoas com deficiência”, refere o organismo na sua nota de apresentação.

Portugal contabiliza pelo menos 1.587 mortos associados à covid-19 em 42.782 casos confirmados de infeção, segundo o último boletim da Direção-Geral da Saúde (DGS).



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL